Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Mathilde Joana Andrade

Fundos Europeus de Apoio à Inovação: caracterização do perfil das empresas e das suas expectativas

abril de 2026

Fundos Europeus de Apoio à Inovação: caracteriz
do perfil das empresas e das suas expectativas

Mathilde Joana Andrade

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mathilde Joana Andrade

Fundos Europeus de Apoio à Inovação: caracterização do perfil das empresas e das suas expectativas

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

Trabalho efetuado sob orientação da

Professora Doutora Isabel Maria Machado Correia Brioso Dias

abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

A concretização do presente relatório de estágio foi possível graças ao apoio, incentivo e contributo de diversas pessoas e entidades, às quais expresso o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, aos meus pais, por estarem sempre presentes ao longo de todo o meu percurso académico e pessoal, pelo apoio incondicional e por me terem proporcionado todas as condições necessárias para alcançar mais este objetivo.

Aos meus irmãos, pelo apoio e companheirismo ao longo de todo este percurso, contribuindo de forma significativa para a minha motivação e equilíbrio.

À Senhora Professora Isabel Correia, pela orientação, disponibilidade e acompanhamento constante ao longo das aulas e da elaboração deste relatório. A sua partilha de conhecimento, sentido crítico e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, revelando-se imprescindíveis para a sua concretização.

À empresa Alfa, por me ter proporcionado a oportunidade de realizar o estágio curricular, permitindo-me adquirir experiência prática e consolidar conhecimentos. Em particular, ao departamento de Projetos de Investimento da empresa, pela disponibilidade, colaboração e abertura demonstradas ao longo de todo o período de estágio, contribuindo de forma decisiva para a realização deste relatório.

Por fim, às minhas amigas e namorado, pela presença constante, pelo apoio e incentivo ao longo de todo este processo.

A todos, o meu profundo e sincero agradecimento.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

“Fundos Europeus de Apoio à Inovação: caracterização do perfil das empresas e das suas expectativas”

Sumário Executivo

No âmbito da implementação dos programas europeus de apoio à inovação e competitividade empresarial, designadamente o PT 2030 e o PRR, e das linhas de apoio COMPETE 2030, NORTE 2030, Empresas 4.0, Descarbonização da Indústria e Capitalização e Inovação Empresarial, o presente relatório de estágio incide sobre a análise do perfil das empresas clientes do departamento de Projetos de Investimento da empresa Alfa, que submeteram candidaturas entre 2022 e 2025, e das respetivas expectativas. A análise baseia-se em 60 candidaturas submetidas por 32 empresas, no âmbito dos diferentes instrumentos de financiamento europeus de apoio à inovação e considera quer os casos em que as candidaturas submetidas foram aprovadas, quer os casos em que o financiamento foi recusado. Foi realizada uma análise descritiva com base em dados documentais, formulários de candidatura e memórias descritivas. Os resultados evidenciam uma tendência crescente no número de candidaturas elaboradas e submetidas pela empresa que acolheu o estágio, com predominância do PRR, em particular da linha Empresas 4.0, refletindo o forte interesse das empresas em realizar investimentos relacionados com a digitalização e modernização tecnológica. O perfil das empresas que submeteram as candidaturas é fortemente determinado pelo perfil dos clientes da empresa Alfa: são maioritariamente pequenas e médias empresas a operar em setores da indústria têxtil, localizadas na região Norte e com mais de uma década de atividade. Verifica-se que várias empresas recorreram repetidamente aos incentivos, apresentando múltiplas candidaturas ao longo do período analisado. No que respeita às expectativas, da análise da informação disponível e da experiência enquanto observadora participante, antecipa-se que as empresas associem os incentivos ao aumento do volume de negócios e da produtividade, ao reforço da capacidade competitiva, à criação ou qualificação de emprego e à promoção da sustentabilidade, motivos que as levam a realizar as candidaturas. Os dados sugerem que os projetos elaborados e submetidos pela empresa Alfa apresentam, em geral, alinhamento com os objetivos estratégicos dos programas. O estudo permite à empresa Alfa aprofundar o conhecimento sobre o perfil e motivações das empresas clientes, permitindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave:

Fundos Europeus; PMEs; Inovação; Digitalização; Perfil; Expectativas

“European Innovation Support Funds: characterizing company profiles and expectations”

Executive Summary

In the context of implementing European programs to support innovation and business competitiveness, namely PT 2030 and PRR, and the support lines COMPETE 2030, NORTE 2030, Empresas 4.0, Decarbonization of Industry, and Business Capitalization and Innovation, this internship report focuses on analyzing the profile of client companies of the Investment Projects department of company Alfa, which submitted applications between 2022 and 2025, and their respective expectations. The analysis is based on 60 applications submitted by 32 companies, within the scope of the different European funding instruments supporting innovation, and examines both successful cases, where the submitted applications were approved, and unsuccessful cases, where the funding was refused. A descriptive analysis was conducted based on documentary data, application forms, and descriptive reports. The preliminary results show a growing trend in the number of applications prepared and submitted by the company hosting the internship, with a predominance of the PRR, particularly the 4.0 Companies line, reflecting the strong interest of companies in making investments related to digitalization and technological modernization. The profile of the companies that submitted the applications is strongly determined by the profile of Alfa's clients: they are mostly small and medium-sized enterprises operating in the textile industry, located in the Northern region, and with more than a decade of activity. It is also noted that several companies repeatedly resorted to the incentives, submitting multiple applications throughout the analyzed period. Regarding expectations, based on preliminary analysis and experience as a participant observer, it is anticipated that companies associate incentives with the increase in business volume and productivity, the strengthening of competitive capacity, the creation or qualification of jobs, and the promotion of sustainability, reasons that lead them to submit applications. The data suggests that the projects developed and submitted by the company hosting the internship generally align with the strategic objectives of the programs. The study allows Alfa company to deepen its understanding of the profile and motivations of client companies, enabling the improvement of its strategic alignment and the quality of the services provided.

Keywords

European Funds; SMEs; Innovation; Digitalization; Profile; Expectations

ÍNDICE

1. Introdução 1

2. Enquadramento Teórico 3

2.1 Os Fundos Europeus 3

2.1.1 O PT 2030 4

2.1.2 O PRR 8

2.2 Sistemas de Incentivos à Inovação e as PMEs 10

2.2.1 Pequenas e Médias Empresas 11

2.2.2 Os Incentivos à Inovação 12

3. Apresentação da entidade acolhedora do Estágio: a Empresa Alfa 18

3.1 Caracterização 18

3.2 Atividades principais 19

3.4 Evolução 22

3.4.1 Evolução global da empresa 22

3.4.2 Evolução da área de Projetos de Investimento 24

4. Atividades realizadas no estágio 26

4.1 Candidaturas a incentivos elaboradas pela empresa Alfa 27

4.1.1 Análise Descritiva das Candidaturas elaboradas e submetidas entre 2022 e 2025 30

5. Perfil e expectativas das empresas que se candidataram a fundos europeus 38

5.1 Perfil das empresas 38

5.1.1 Enquadramento 38

5.1.2 Perfil das empresas clientes do DPI que se candidataram a fundos europeus entre 2022 e 2025 40

5.1.3 Perfil das empresas clientes do DPI por Programa / Linha de apoio / Tipologia de apoio 43

5.2 Expectativas das empresas 46
5.2.1 Enquadramento 46
5.2.2 Expectativas das empresas que se candidataram a fundos europeus entre 2022 e 2025 50
5.2.3 Incumprimento das expectativas definidas no momento da candidatura . 62
6. Conclusões e Recomendações 66
7. Referências 70

ÍNDÍCE DE FIGURAS

Figura 1: Montante disponível para cada fundo estrutural (Milhões de Euros) 6
Figura 2: Componentes do PRR no âmbito da Resiliência..... 9
Figura 3: Componentes do PRR no âmbito da Transição Climática..... 9
Figura 4: Componentes do PRR no âmbito da Transição Digital..... 10
Figura 5 : Atividades principais da empresa Alfa (CAE)..... 19
Figura 6 : Evolução do Volume de Negócios (milhares de €)..... 22
Figura 7 : Evolução da estrutura dos departamentos da empresa Alfa 23
Figura 8 : Evolução do peso departamento de PI no V.N (%)..... 24
Figura 9 : Nº de candidaturas por empresa 28
Figura 10 : Resultado das segundas candidaturas à mesma tipologia de apoio 29
Figura 11 : Nº de candidaturas submetidas por ano 31
Figura 12 : Nº de candidaturas por programa..... 32
Figura 13 : Estado das candidaturas elaboradas entre 2022 e 2025..... 33
Figura 14 : Resultado das candidaturas à data de 15 de dezembro..... 34
Figura 15 : Nº de candidaturas por motivo de indeferimento..... 35
Figura 16 : Nº de candidaturas por tipologia de apoio..... 37
Figura 17 : Nº de empresas por setor de atividade..... 41
Figura 18 : Nº de empresas por dimensão 42
Figura 19 : Localização das empresas clientes do departamento de PI..... 42
Figura 20 : Antiguidade das empresas clientes do departamento de PI 43

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Programas e incidências do PT 2030 7
Tabela 2 : Objetivos específicos do COMPETE 2030 14
Tabela 3 : Programas do PRR..... 16
Tabela 4 : Nº de colaboradores por departamento da empresa Alfa 21
Tabela 5 : Linhas de apoio 36
Tabela 6 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo de Descarbonização da Indústria..... 52
Tabela 7 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas aos Incentivos Territoriais..... 53
Tabela 8 : Pontuação do Critério A 54
Tabela 9 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo de Inovação Produtiva..... 57
Tabela 10 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo "Linha IA nas PME" 58
Tabela 11 : Pontuação do critério B (criação de postos de trabalho)..... 59
Tabela 12 : Pontuação do critério B (crescimento do VAB) 59
Tabela 13 : Variação da Produtividade das empresas 60
Tabela 14 : Setor e expectativas da empresa cliente do DPI que apresentou candidatura ao incentivo "Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados" 61
Tabela 15 : Grau de cumprimento e penalização da taxa de financiamento da tipologia de apoio "Incentivo Territorial"..... 63
Tabela 16 : Grau de cumprimento e penalização da taxa de financiamento da tipologia de apoio "Inovação Produtiva" 64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE: Classificação das Atividades Económicas

CEO: *Chief Executive Officer*

CIM: Comunidade Intermunicipal

DPI: Departamento de Projetos de Investimento

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GEE: Gases com Efeito de Estufa

I&D: Investigação e Desenvolvimento

IA: Inteligência Artificial

MP: Mérito do Projeto

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PI: Projetos de Investimento

PME(s): Pequena(s) e Média(s) Empresa(s)

PRR: Plano de Recuperação e Resiliência

PT 2030: Acordo de Parceria Portugal 2030

RH: Recursos Humanos

RHAQ: Recursos Humanos Altamente Qualificados

SI: Sistema de Incentivos

EU: União Europeia

VAB: Valor Acrescentado Bruto

VBP: Valor Bruto de Produção

VN: Volume de Negócios

1. Introdução

As empresas portuguesas, sendo Portugal um Estado-Membro da União Europeia, podem beneficiar, através de candidaturas a Sistemas de Incentivos, de diversos Fundos Europeus que têm como objetivo promover a competitividade e o desenvolvimento das economias. Portugal, devido a estes fundos, apresentou progressos e melhorias na área da saúde, coesão social, cultura, educação e sustentabilidade (Comissão Europeia, 2025).

Na sequência da pandemia COVID-19 e da consequente crise social e económica, mais recentemente agravadas pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a União Europeia tomou medidas para reforçar as políticas públicas, como a Política de Coesão, que promovem e agilizam os mecanismos de financiamento, materializados nos seguintes programas em Portugal: Portugal 2030 e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Trata-se de instrumentos estratégicos de apoio à transformação estrutural da economia, convergindo com os objetivos estratégicos europeus, que têm como objetivo reduzir as assimetrias regionais, fortalecer o tecido empresarial e incentivar as empresas, essencialmente as PMEs, a investir em I&D, em inovação, na sustentabilidade e na transição digital, sendo, assim, um motor de competitividade (Presidência do Conselho de Ministros, 2023a).

O presente relatório enquadra-se no âmbito de um estágio curricular de três meses realizado na empresa Alfa (nome fictício), cuja atividade se centra na consultoria empresarial, nomeadamente nas áreas de gestão, contabilidade, análise financeira, fiscalidade e apoio à elaboração de candidaturas a incentivos financeiros. O problema organizacional proposto pela empresa, para além de colaborar na elaboração de candidaturas de empresas consistiu em apoiar no aprofundamento do conhecimento sobre o perfil e motivações/expectativas das empresas clientes, do departamento de Projetos de Investimento, que se candidataram a fundos europeus, entre 2022 e 2025, com vista a permitir, futuramente, acompanhar as empresas e comparar as expectativas no momento da candidatura em relação a alguns indicadores de desempenho com as realizações em termos de atividade. Foi proposta a análise das seguintes linhas de apoio: COMPETE 2030, NORTE 2030, Empresas 4.0, Descarbonização da Indústria e Capitalização e Inovação Empresarial. Esta necessidade surgiu do objetivo da empresa de reforçar a qualidade do seu serviço de consultoria, bem como de melhorar a sua capacidade de análise e acompanhamento dos processos das empresas clientes.

Foram definidos os seguintes objetivos: 1) caracterizar as empresas que se candidataram às linhas COMPETE 2030, NORTE 2030, Empresas 4.0, Descarbonização da Indústria e Capitalização e Inovação Empresarial entre 2022 e 2025; 2) analisar as expectativas das empresas quando se candidatam a incentivos, relativamente a diversos indicadores de desempenho; 3) analisar as candidaturas elaboradas e submetidas pela empresa Alfa em nome das empresas clientes do departamento de Projetos de Investimento (PI).

Para responder a estes objetivos procedeu-se à recolha e análise documental de informação qualitativa e quantitativa das empresas clientes, nomeadamente documentos internos, bem como formulários de candidatura e memórias descritivas, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto de cada empresa. Paralelamente, foram realizadas tarefas relacionadas com a elaboração e submissão de candidaturas, a elaboração de planos de negócio e estudos de viabilidade económica e financeira e o acompanhamento de projetos em execução.

Este relatório encontra-se estruturado em seis capítulos: após esta introdução, apresenta-se o enquadramento teórico, que inclui os principais conceitos relacionados com a temática dos fundos europeus e o funcionamento dos programas PT2030 e Plano de Recuperação e Resiliência, bem como a importância dos incentivos à inovação no reforço da competitividade das PMEs. De seguida, o capítulo 3 centra-se na caracterização da empresa que acolheu o estágio, das suas áreas de atividade e posicionamento no mercado. O capítulo 4 foca-se nas atividades realizadas ao longo do estágio e análise descritiva das candidaturas submetidas pela empresa Alfa entre o ano de 2022 e o ano de 2025. O capítulo 5 inclui a análise do perfil e das expectativas das empresas que se candidataram aos fundos europeus em análise. O relatório termina com a apresentação das principais conclusões do estudo e o contributo do estágio para a empresa Alfa.

2. Enquadramento Teórico

2.1 Os Fundos Europeus

De acordo com Mamede et al. (2015), os principais recursos financeiros que sustentam os apoios às empresas portuguesas são provenientes dos Fundos Estruturais da União Europeia.

A Comissão Europeia cofinancia vários programas dos Estados Membros através do orçamento da União Europeia (UE). Para tal, aplica regulamentações e conjuntos de regras que controlam quem pode receber apoio e quais são as despesas elegíveis. A gestão do financiamento pode ser feita de forma direta, ou seja, pela própria Comissão Europeia; de forma partilhada, isto é, pelas autoridades nacionais em conjunto com a Comissão Europeia, ou de forma indireta, quando o financiamento é gerido por outras organizações (Comissão Europeia, n.d.).

Portugal encontra-se, através de uma gestão partilhada, a implementar programas que aplicam fundos provenientes da União Europeia, no âmbito da política de coesão. Esta última tem o intuito de contribuir para a coesão económica, social e territorial, dando prioridade à transição ecológica e digital.

Para Baleiras (2009) a política de coesão é uma política de natureza estrutural e orientada para as necessidades específicas de cada região. Esta é fundamental para impulsionar a competitividade, o crescimento e o emprego, essencialmente em regiões desfavorecidas (Bernini & Pellegrini, 2011; Cerqua & Pellegrini, 2014). Além disso, têm como objetivo mitigar possíveis falhas de mercado, prevenir e antecipar riscos e incertezas que possam surgir, de forma a apoiar as empresas da forma mais integral possível (Barbosa & Silva, 2018).

Ainda segundo Baleiras (2009), a política de coesão contribui de forma relevante para a economia da União Europeia e de cada um dos Estados-Membros. No entanto, a vantagem da empresa/organização em recorrer aos subsídios deve ser inferior à vantagem que a sociedade obtém com a aplicação destes subsídios, ou seja, o objetivo é gerar riqueza nas regiões subsidiadas, sendo, portanto, considerado um instrumento de desenvolvimento territorial (Baleiras, 2009; Cerqua & Pellegrini, 2014). Romero-Martínez et al. (2010) têm a mesma perspetiva, uma vez que consideram que os fundos estruturais de investimento, nomeadamente os que são aplicados no âmbito da política de coesão, têm o intuito de incentivar a investigação aplicada e a inovação nas diversas regiões da União Europeia de forma a promover o desenvolvimento económico e tornar a regiões menos díspares.

2.1.1 O PT 2030

O Portugal 2020 insere-se no quadro da política de coesão da União Europeia, dando continuidade aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e social já mobilizados em períodos anteriores, como o QREN (2007-2013).

A política de coesão da União Europeia estabelece a obrigatoriedade de mecanismos de monitorização e avaliação ao longo do ciclo de implementação dos programas financiados por fundos europeus. Estes processos de avaliação têm como objetivo analisar a eficácia, eficiência e impacto das intervenções apoiadas, contribuindo para melhorar a conceção e a execução das políticas públicas e para garantir uma utilização mais eficiente dos recursos financeiros disponibilizados pela União Europeia (Amandio, 2022). No entanto, o PT2030 e respetivos sistemas de incentivo (SI) estão ainda em vigor, pelo que ainda são escassos os estudos sobre a sua implementação. A grande maioria dos artigos sobre a implementação de fundos europeus em Portugal refere-se a programas anteriores, nomeadamente o PT 2020 e o Horizonte 2020 (Amandio, 2022; Cabral & Campos, 2023).

No período de execução do Portugal 2020 (2014-2020), os impactos macroeconómicos estimados apontam para um efeito globalmente positivo na economia portuguesa, traduzido num acréscimo médio do PIB de cerca de 1,3% (Agência para o desenvolvimento e coesão, 2025). Estes efeitos foram acompanhados por ganhos ao nível da produtividade, dos salários reais e do emprego, sobretudo entre trabalhadores mais qualificados. Os resultados evidenciam impactos positivos nas empresas apoiadas, nomeadamente ao nível do investimento em capital fixo, da qualificação dos recursos humanos, da inovação, da competitividade e da internacionalização.

Apesar dos resultados globalmente favoráveis, o Portugal 2020 evidencia também limitações ao nível da implementação das políticas, nomeadamente ao nível da complexidade administrativa e da necessidade de melhorar a articulação entre instrumentos de política pública. Ainda assim, foram introduzidas melhorias face ao período anterior, nomeadamente através da simplificação dos procedimentos e da criação do Balcão 2020, contribuindo para uma maior eficiência administrativa (Amandio, 2022).

A institucionalização dos mecanismos de monitorização e avaliação tornou-se progressivamente mais central na governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. A legislação europeia prevê que os programas sejam avaliados em diferentes fases do seu ciclo de vida, incluindo avaliações ex ante, intercalares e ex post, permitindo acompanhar o progresso

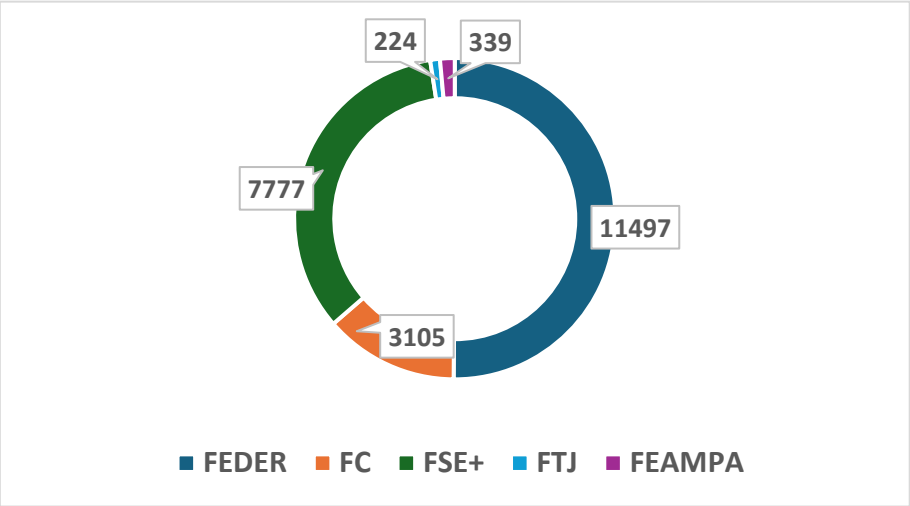
das políticas financiadas e identificar eventuais desvios relativamente aos objetivos inicialmente definidos (Amandio, 2022).

Para além da sua função de acompanhamento e controlo, estas avaliações assumem igualmente um papel relevante na gestão estratégica das políticas públicas financiadas pela União Europeia, uma vez que os resultados obtidos podem influenciar decisões futuras de programação e de afetação de recursos. Neste sentido, Amandio (2022) considera que a avaliação constitui um instrumento essencial para reforçar a transparência, a responsabilização institucional e a aprendizagem das administrações públicas na gestão dos fundos europeus.

No domínio específico do apoio à inovação e à competitividade empresarial, verificam-se efeitos favoráveis em indicadores como o investimento empresarial, a qualificação dos recursos humanos, a intensificação das atividades de investigação e desenvolvimento, a internacionalização e a competitividade das empresas apoiadas (OECD, 2015).

Estes resultados são consistentes com os objetivos mais amplos da política de coesão da União Europeia, que procura promover o crescimento económico, a inovação e a competitividade das regiões europeias através do financiamento de projetos de investigação, desenvolvimento tecnológico e modernização empresarial. De acordo com relatórios da Comissão Europeia, milhões de empresas foram apoiadas através dos fundos estruturais, contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos, para o reforço da cooperação entre empresas e instituições científicas e para a melhoria da capacidade inovadora das economias europeias (Comissão Europeia, 2024). O PT2030 apresenta uma verba de 23 mil milhões de euros para aplicar em diversos fundos estruturais, nomeadamente: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Social Europeu Mais (FSE+); Fundo para uma Transição Justa (FTJ); Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMPA) (Figura 1) (Portugal 2030, n.d.).

Figura 1: Montante disponível para cada fundo estrutural (Milhões de Euros)



Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Portugal 2030 (https://portugal2030.pt/)

Este Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia pretende desenvolver, estimular e recuperar a economia portuguesa e salvaguardar o emprego, fazendo do período entre 2021 e 2027 um horizonte temporal de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia (Presidência do Conselho de Ministros (2023b), através de diversos programas (Tabela 1), que se centrem nos cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, n.d.)

Tabela 1: Programas e incidências do PT 2030

Âmbito	Programa	Incidência
Temático	Pessoas 2030	Demografia Qualificação Inclusão
	Compete 2030	Inovação Transição Digital
	Sustentável 2030	Ação Climática Sustentabilidade
	Mar 2030	Mar
Regional	Norte 2030	
	Centro 2030	
	Lisboa 2030	
	Alentejo 2030	
	Algarve 2030	
	Açores 2030	
	Madeira 2030	

Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Portugal 2030 (*https://portugal2030.pt/*)

De todos os fundos estruturais, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão destacam-se como instrumentos particularmente relevantes para o apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), financiando programas destinados ao reforço da competitividade, inovação, qualificação dos recursos humanos e desenvolvimento regional das empresas europeias (Tribunal de Contas Europeu, 2022).

O FEDER tem como objetivo diminuir as desigualdades existentes no nível de desenvolvimento das regiões da UE, apoiando, essencialmente as que enfrentam fragilidades e limitações graves e reforçar a capacidade competitiva das PMEs, focando-se no apoio à inovação, na transição digital, na consolidação de conhecimentos na área dos sistemas de gestão e tecnologias inovadoras e inclusive na promoção do desenvolvimento sustentável e capacidade de resposta aos desafios ambientais, tendo como objetivo a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2021).

O Fundo de Coesão contribui para a realização de projetos nos domínios do ambiente e das infraestruturas das redes transeuropeias de transportes. Fornece apoio aos Estados-Membros com um rendimento nacional bruto per capita inferior a 90 % da média da EU (Agência para o desenvolvimento e Coesão, 2021).

2.1.2 O PRR

Portugal encontra-se também, neste momento, a implementar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Trata-se de um programa, em vigor até 2026, que tem como objetivo a implementação de investimentos e projetos que visem o crescimento económico sustentado, a atenuação dos impactos económicos e sociais da pandemia, fomentar a sustentabilidade e a transição ecológica e digital (Oliveira, 2022). Este programa foi implementado pós pandemia COVID-19 e pretende reforçar o objetivo de convergência com a União Europeia até 2036. O PRR atualmente em vigor sofreu reprogramações e atualizações face ao inicialmente previsto, devido à alteração do contexto internacional, mais concretamente, devido ao conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia que tem provocado consequências significativas no mercado energético europeu, perturbações nas cadeias globais de abastecimento, dificuldades acrescidas no acesso a matérias-primas e um aumento generalizado das taxas de inflação (Recuperar Portugal, 2025)

Este programa é financiado pelo *NextGenerationEu*, instrumento criado pela Comissão Europeia e desenhado para reduzir a influência das crises sociais e económicas no desenvolvimento e crescimento de longo prazo. Além disso, também engloba áreas como a transição climática e digital. O PRR disponibiliza uma verba total de 22,2 mil milhões de euros distribuída pelas 3 componentes que englobam o programa: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital (Plano de Recuperação e Resiliência, n.d.).

No âmbito da Resiliência, são consideradas 9 componentes (Figura 2) que visam promover uma recuperação justa, inclusiva, sustentável e duradoura a nível social, económico, territorial e do tecido produtivo.

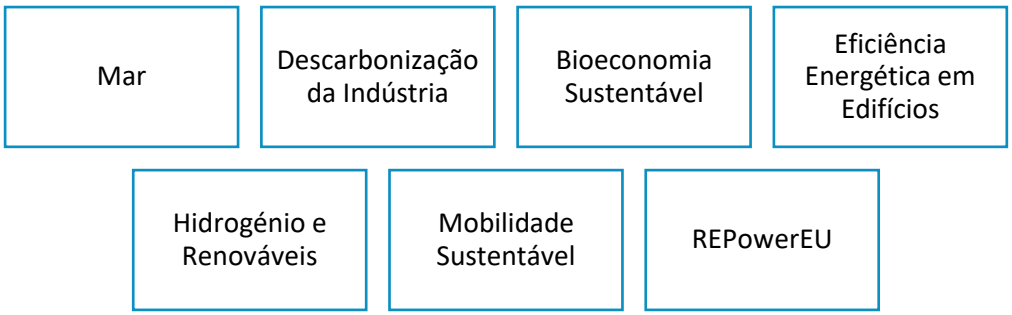
Figura 2: Componentes do PRR no âmbito da Resiliência



Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Plano de Recuperação e Resiliência (https://recuperarportugal.gov.pt/)

Relativamente à Transição Climática o objetivo principal é alcançar a neutralidade carbónica até 2050, de forma a manter o país competitivo. São consideradas 7 componentes (Figura 3) relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

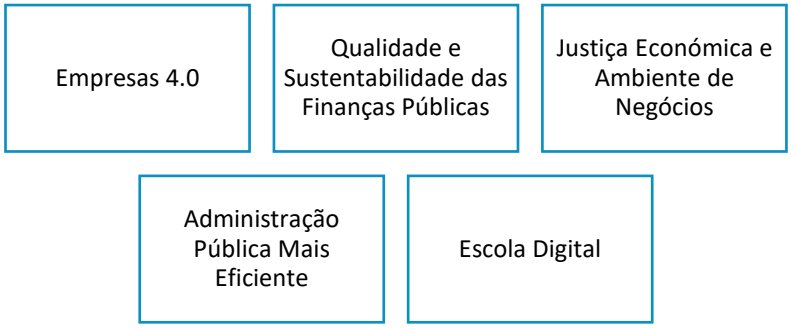
Figura 3: Componentes do PRR no âmbito da Transição Climática



Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Plano de Recuperação e Resiliência (https://recuperarportugal.gov.pt/)

Quanto à Transição Digital, o objetivo é promover a implementação de investimentos significativos nas áreas da digitalização em vários setores (Figura 4) (Plano de Recuperação e Resiliência, n.d.).

Figura 4: Componentes do PRR no âmbito da Transição Digital



Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Plano de Recuperação e Resiliência (https://recuperarportugal.gov.pt/)

Tendo em conta os investimentos propostos e realizados pelas empresas clientes do departamento de PI da empresa Alfa, a análise irá incidir nos incentivos à inovação em PMEs, englobando as linhas de apoio à inovação produtiva, digitalização, transição climática e capacitação e formação de pessoas.

2.2 Sistemas de Incentivos à Inovação e as PMEs

A inovação é amplamente reconhecida como um fator determinante para o crescimento económico, a competitividade empresarial e a adaptação das empresas a contextos económicos em constante transformação (Hollanders, 2023).

Num cenário marcado pela rápida evolução tecnológica, pela digitalização da economia e pela crescente globalização dos mercados, a capacidade de inovar tornou-se um fator essencial para que as empresas consigam diferenciar-se, aumentar a sua produtividade e reforçar a sua posição competitiva (Hollanders, 2023).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a inovação pode ser definida como a introdução de um produto ou processo novo ou significativamente melhorado, que difere de forma relevante das soluções anteriormente utilizadas pela empresa e que é efetivamente implementado ou colocado no mercado (OECD & Eurostat, 2018).

Isto permite às empresas melhorar a eficiência das suas operações e responder de forma mais eficaz às necessidades do mercado, bem como aumentar o valor acrescentado das suas atividades, estimulando a criação de novas oportunidades de negócio e o desenvolvimento de soluções tecnológicas mais avançadas (OECD, 2023).

Além de promover ganhos de produtividade, a inovação desempenha também um papel fundamental na capacidade das empresas se adaptarem a transformações estruturais nos mercados, como a transição digital e a transição ecológica (Hollanders et al., 2022).

2.2.1 Pequenas e Médias Empresas

As PMEs são o pilar da economia europeia, pelo que se torna essencial promover o seu crescimento e reforçar a sua competitividade. O impacto da pandemia COVID-19 e a ocorrência de crises com efeito sobre as empresas e sobre o emprego tornam essenciais a recuperação económica e os incentivos à criação de emprego e ao investimento produtivo (Parlamento Europeu e do Conselho, 2021).

Portugal apresenta uma estrutura empresarial composta, essencialmente, por PMEs. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2023 as PMEs representam cerca de 99,90% do número total de empresas.

As características das empresas são muito variadas, pelo que a sua capacidade de acesso a financiamento também. No entanto, as restrições de financiamento são frequentemente referidas como uma limitação das PME. Esta dificuldade provém, essencialmente, dos elevados custos relacionados com assimetrias de informação entre as empresas e os investidores privados, o que pode levar a exigências adicionais, como garantias ou auditorias, aumentando os encargos que as empresas têm de suportar para obter financiamento privado (Romero-Martínez et al., 2010). Além disso, Mina et al. (2021) referem que as PMEs muitas vezes são jovens, pelo que não apresentam histórico financeiro e dispõem de muito pouco colateral que possa ser oferecido como garantia, o que faz aumentar a perceção de risco por parte dos financiadores e consequentemente o custo do financiamento. Isto provoca constrangimentos para as empresas, dado que lhes é dificultado o acesso a capital. Tendo em conta as limitações que as PMEs enfrentam nestes processos, a UE criou programas, como mencionado anteriormente, para as

apoiar e melhorar a sua capacidade competitiva, crescimento e desempenho, nomeadamente, através da inovação e internacionalização (Alexandre, 2021; Romero-Martínez et al., 2010).

Em suma, as PMEs necessitam de apoio público devido à existência de falhas de mercado. As subvenções entram neste âmbito, com o objetivo de mitigar estas falhas (Radas et al., 2015).

No entanto, parece haver algumas limitações no desenho ou na implementação destes apoios, suscetíveis de limitar a sua eficácia. Por um lado, é difícil distinguir entre as empresas que realmente necessitam de apoio público e que, sem ele, não conseguiriam realizar um determinado investimento (por exemplo, introduzir uma inovação), e as empresas que, tendo capacidade financeira para realizar os investimentos, ainda assim recorrem a subsídios e instrumentos de apoio públicos. Assim, há evidência de uma tendência para os organismos públicos subsidiarem empresas que, mesmo sem apoio, conseguiriam realizar investimento em inovação (Radicic et al., 2014; Silva & Carreira, 2012). Isto, segundo Silva & Carreira (2012), é explicado pelo facto de as empresas que já têm experiência neste tipo de candidaturas apresentam uma maior probabilidade de beneficiar de um subsídio.

Por outro lado, Silva & Carreira (2012) consideram que é necessária uma reformulação destes programas de apoio e financiamento público, dado que muitos deles estão focados apenas no alcance dos objetivos estipulados, por exemplo, promover a inovação, não tendo em consideração a ajuda nos constrangimentos financeiros das empresas, pelo que, mesmo após a obtenção de uma subvenção, algumas empresas continuam com dificuldades no que diz respeito a acesso ao capital.

2.2.2 Os Incentivos à Inovação

Ao longo dos anos, o financiamento de PMEs com perfil inovador tem vindo a assumir uma crescente relevância para economistas, investigadores e decisores políticos, uma vez que constitui um elemento central no desenvolvimento económico e na transformação industrial (Mina et al., 2021). Segundo Silva & Carreira (2012) os estudos sobre inovação estão diretamente relacionados com limitações financeiras e apoios públicos. A inovação é um fator essencial para o desenvolvimento económico, uma vez que impulsiona a competitividade empresarial, incentiva a reestruturação dos setores e melhora o posicionamento das empresas no mercado. No entanto, é um processo negativamente afetado por constrangimentos financeiros. Dado que os subsídios à

inovação permitem uma redução significativa dos custos com as atividades de inovação, contribuem para o reforço do conhecimento acumulado, o que potencia a capacidade de absorver novas informações e favorece um melhor desempenho. Por estas razões, as empresas procuram ativamente estes apoios, de forma a contornarem possíveis dificuldades que possam enfrentar, no que diz respeito ao financiamento desses projetos (Foreman-Peck, 2013; Radas et al., 2015).

Existem diversos tipos de inovação, pelo que também se verifica a existência de um leque alargado de programas/subsídios e incentivos à inovação. Estes incentivos visam promover um ambiente propício ao crescimento e à inovação, contribuindo para o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas portuguesas e para a sua afirmação nos mercados em que operam (Cabral & Campos, 2023).

No âmbito do PT 2030, o programa de apoio à inovação é, essencialmente, o COMPETE 2030. Este programa centra-se em três objetivos estratégicos (Compete 2030, n.d.):

1. "Portugal + Competitivo" – visa apoiar a investigação, inovação, digitalização, competitividade e internacionalização;
2. "Portugal + Verde" – apoia a inovação através da descarbonização das empresas e da eficiência energética;
3. "Portugal + Social" – apoia a melhoria das competências e das qualificações no âmbito empresarial.

De forma a alcançar estes objetivos estratégicos, existem diversos objetivos específicos tidos em conta nos vários sistemas de incentivos oferecidos, nomeadamente para as PMEs (Tabela 2).

a) O COMPETE 2030

O COMPETE 2030 é uma linha que, com base nos objetivos definidos, pretende aprofundar a capacidade de investigação e inovação de Portugal, que ainda se encontra abaixo da média europeia (Direção-Geral da Investigação e Inovação (European Comission), 2023). É o principal programa nacional de apoio à competitividade das PMEs, compreendendo de forma alargada os objetivos quer da transição digital, quer da transição energética, disponibilizando incentivos que promovem:

- a modernização tecnológica/organizacional, através da criação e valorização de conhecimento científico e estímulo do desenvolvimento de produtos/processos de maior valor acrescentado;
- a digitalização, através da adoção de tecnologias avançadas (como Inteligência Artificial), automatização de processos e aplicação de soluções digitais para os processos produtivos;
- a sustentabilidade;
- a qualificação da força de trabalho e
- a descarbonização.

As regiões elegíveis para o CIMPETE 2030 são o Norte, Centro e Alentejo, uma vez que são as regiões que apresentam maiores fragilidades territoriais e assimetrias estruturais mais acentuadas (Autoridade de Gestão COMPETE 2030, 2023; SFC2021, 2021).

Tabela 2 : Objetivos específicos do COMPETE 2030

Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Programa	Descrição
Portugal + Competitivo	1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (FEDER)	Investigação e Desenvolvimento	Reforçar o investimento em inovação, promovendo a colaboração entre empresas e instituições científicas. Apoiar projetos que integrem investigação, desenvolvimento e introdução no mercado de produtos ou processos inovadores. Reforçar a competitividade das empresas através do investimento em soluções inovadoras, digitais e sustentáveis, promovendo a inovação produtiva e o emprego qualificado. Acelerar a transição para uma economia neutra em carbono, promovendo a descarbonização, a eficiência energética e a redução de emissões, reforçando simultaneamente a competitividade das empresas. Apoiar a transformação do tecido empresarial, promovendo a inovação, a qualificação e a internacionalização, com especial foco nas transições digital e climática, alinhando as competências às exigências do mercado de trabalho.
	1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER)	Competitividade Empresarial	
Portugal + Verde	2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir em emissões de gases com efeito de estufa (FEDER) 2.2 - Promover as energias renováveis	Transição Climática e Energética	
Portugal + Social	4d - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE+)	Qualificação de Recursos Humanos	

Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em COMPETE 2030 (https://www.compete2030.gov.pt/)

b) NORTE 2030

Também a linha regional NORTE 2030 apoia atividades relacionadas com a inovação. A região do Norte de Portugal é alvo de diversos incentivos e programas, uma vez que é uma das regiões com menor produtividade e mais industrializada. Os fundos europeus assumem um papel estratégico, destinando-se a apoiar empresas na transição para atividade de maior valor

acrescentado, estimulando a modernização das empresas e a diversificação produtiva e alinhando as expectativas das empresas com os objetivos de competitividade e inovação da região (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2020). O NORTE 2030 é o principal programa de apoio regional atuando sobre as fragilidades estruturais mais acentuadas, nomeadamente os baixos níveis de produtividade, o ritmo de inovação insuficiente e a forte dependência de setores industriais tradicionais (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2020).

Do mesmo modo que o COMPETE 2030, a linha NORTE 2030 incentiva a modernização tecnológica e organizacional, a valorização económica do conhecimento e o desenvolvimento de produtos e processos de maior valor acrescentado, promovendo a digitalização e automação de processos. No domínio da sustentabilidade apoia investimentos em eficiência energética e descarbonização. Além disso, tem também a vertente de qualificação de recursos humanos e capacitação dos trabalhadores. Assim, o NORTE 2030 pode ser considerado um instrumento decisivo para modernizar a economia regional e reduzir assimetrias internas, tornando a região norte de Portugal mais competitiva, inovadora e resiliente (SFC2021, 2021).

c) PRR

No âmbito do PRR, programa que visa apoiar investimentos que minimizem os efeitos económicos e sociais da pandemia e que, ao mesmo tempo, promovam a construção de economias mais sustentáveis, resilientes e capacitadas, existem diversos pilares fundamentais que incluem (i) a digitalização dos serviços e das PMEs, (ii) o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, (iii) a competitividade, (iv) a investigação, o desenvolvimento e a inovação (Oliveira, 2022). Posto isto, o PRR apresenta três pilares essenciais: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. Relacionadas com a inovação e direcionadas para PMEs, são apresentados os programas constantes na Tabela 3.

Tabela 3 : Programas do PRR

Âmbito	Programa	Descrição
PRR Resiliência	Capitalização e Inovação Empresarial	Reforçar a competitividade e resiliência da economia portuguesa através da I&D, inovação, diversificação e especialização produtiva, bem como apoiar empresas viáveis afetadas pela crise pandémica e incentivar o investimento em setores estratégicos. Descarbonização do setor industrial e empresarial, promovendo a transição para uma economia neutra em carbono, a redução do consumo energético e o reforço da competitividade através do uso de fontes de energia endógenas. Digitalização empresarial, tendo como objetivo recuperar o atraso na transição digital através do acesso a tecnologias e conhecimento que modernizem processos, promovam a desmaterialização, corrijam défices de competências digitais, integrem ferramentas de teletrabalho, incentivem a inovação e reforcem o empreendedorismo com tecnologias emergentes.
PRR Transição Climática	Descarbonização da Indústria	
PRR Transição Digital	Empresas 4.0	

Fonte: Elaboração própria com base em informação disponível em Plano de Recuperação e Resiliência (https://recuperarportugal.gov.pt/)

O incentivo "Capitalização e Inovação Empresarial", tem como objetivo reforçar a competitividade da economia portuguesa e dar resposta aos desafios estruturais da mesma, nomeadamente a reduzida intensidade tecnológica, baixa produtividade, subcapitalização de empresas (financiamento excessivo externo, dívidas, empréstimos). Tal objetivo é possível de se alcançar com (i) a aproximação da ciência às empresas, através de alianças estratégicas entre universidades, empresas, e centros de investigação; (ii) a capitalização dos negócios, por meio da criação e dinamização do Banco Português de Fomento e facilitação do acesso das PMEs a financiamento de longo prazo e mercados capitais e (iii) o estímulo à investigação, inovação e investimento produtivo. Este instrumento é fundamental para impulsionar a transição ecológica e digital, estimular a inovação empresarial e reforçar a resiliência económica (Banco Português do Fomento, n.d.; Capitalização e Inovação Empresarial, n.d.).

Relativamente à "Descarbonização da Indústria", o objetivo é a redução de emissões, a modernização de processos, para que estes sejam mais eficientes e o uso de energias renováveis, de forma a, gradualmente, se alcançar a neutralidade carbónica. Esta linha de apoio é direcionada a projetos que envolvam a substituição de combustíveis fósseis, a integração de sistemas solares e térmicos e/ou a inclusão de medidas de economia circular, permitindo às empresas aumentar

a sua produtividade, investir na modernização e inovação dos seus processos e adotar novas tecnologias que contribuirão para a transição climática e descarbonização do país. Com este incentivo, espera-se que as empresas portuguesas tenham a possibilidade de se manterem competitivas em mercados cada vez mais orientados por critérios de sustentabilidade (Descarbonização da Indústria, n.d.).

A baixa densidade digital do tecido empresarial e de população ativa é uma das maiores fragilidades nacionais (Comissão Europeia, 2022).

De acordo com o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES), Portugal ocupa o 15.º lugar entre os 27 Estados-Membros da União Europeia, apresentando um nível de digitalização próximo da média europeia, mas ainda distante dos países líderes neste domínio. Neste contexto, a transição digital tem vindo a ser assumida como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento económico e social do país, através da implementação do Plano de Ação para a Transição Digital (Comissão Europeia, 2022). Este plano identifica a digitalização como um instrumento essencial para reforçar a competitividade económica, promover a inovação e fomentar a criação de emprego qualificado e assenta em três pilares fundamentais: (i) a capacitação e inclusão digital das pessoas, (ii) a transformação digital do tecido empresarial e (iii) a digitalização da Administração Pública. A transformação digital das empresas assume particular relevância, tendo em conta que as pequenas e médias empresas (PME) representam a maioria do tecido empresarial nacional e desempenham um papel central na criação de emprego e no dinamismo económico. Neste sentido, a promoção de iniciativas que incentivem o investimento em tecnologias digitais, a transferência de conhecimento científico e tecnológico e o desenvolvimento de competências digitais nas empresas constitui um elemento essencial para reduzir o défice de maturidade digital existente e para potenciar o crescimento económico sustentável (Comissão Europeia, 2024).

O incentivo Empresas 4.0 tem como objetivo reforçar a digitalização das empresas, desmaterializando os fluxos de trabalho, incentivar a modernização de processos, promover a qualificação de trabalhadores e estimular a inovação. Através da capacitação e inovação tecnológica, este incentivo é fundamental para apoiar a reestruturação das empresas portuguesas, atuando como motor da transição digital, contribuindo, desta forma, para uma economia mais resiliente e competitiva (Empresas 4.0, n.d.).

3. Apresentação da entidade acolhedora do Estágio: a Empresa Alfa

3.1 Caracterização

A empresa Alfa é uma empresa portuguesa de consultoria estratégica e financeira fundada em 2012, que conta com cerca de 120 clientes ativos. Tem sede na região Norte de Portugal, mais concretamente concelho de Barcelos e tem vindo a afirmar-se como uma referência no setor da consultoria financeira e estratégica, consolidando mais de uma década de experiência no mercado nacional.

A proximidade geográfica é um fator que leva as empresas da região a demonstrar interesse em estabelecer relações comerciais com a empresa Alfa, pois facilita o contacto e um acompanhamento mais próximo dos seus projetos. Apesar da existência de alguma dispersão geográfica, no que diz respeito aos clientes, a área de atuação da empresa Alfa é essencialmente regional, privilegiando o Norte do País.

Atua no apoio à atividade de pequenas, médias e grandes empresas *(Business-to-Business)* de diferentes setores: indústria, serviços, turismo e comércio, usando uma perspetiva global e analítica *("bird's eye view")* que permite identificar problemas estruturais, propor soluções fundamentadas e apoiar a gestão na tomada de decisões críticas.

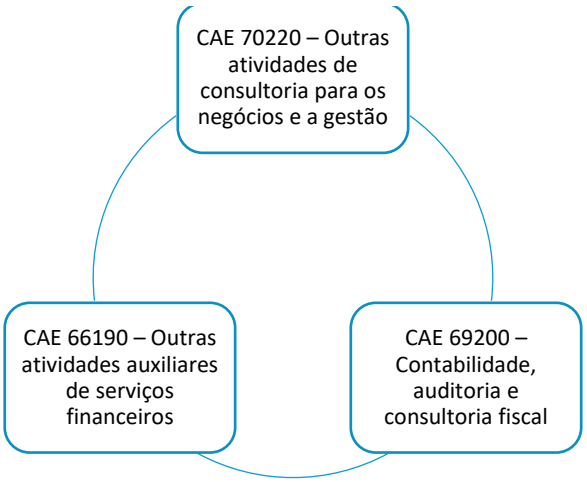
Ao longo do seu percurso, a empresa diversificou e expandiu os serviços oferecidos, passando de uma consultoria essencialmente financeira para uma abordagem integrada que inclui: consultoria financeira e estratégica de gestão; contabilidade e fiscalidade; apoio a projetos de investimento; processos de recuperação de empresas e elaboração de relatórios ESG. Distingue-se pelo acompanhamento próximo e personalizado aos clientes, procurando contribuir ativamente para a competitividade e o crescimento sustentável das empresas que acompanha. Além destes serviços, a empresa subcontrata alguns serviços jurídicos para os quais não está totalmente habilitada.

O lema "*Your business is our motivation*" demonstra uma metodologia de trabalho, onde é realizado um contacto diário e próximo dos clientes, que possibilita a integração nos processos de tomada de decisão mais críticos e importantes da empresa cliente, tendo como objetivo a criação de valor e melhorar o desempenho.

3.2 Atividades principais

As atividades da empresa Alfa são classificadas em diferentes subsetores (Figura 5).

Figura 5 : Atividades principais da empresa Alfa (CAE)



Fonte: Elaboração própria com base em documentos internos da empresa

Na área da Consultoria Financeira e Estratégica de Gestão (CAE 70220) apoia as empresas na gestão de recursos, na definição de estratégias e na tomada de decisões críticas, prestando apoio nos seguintes processos:

- Diagnóstico Empresarial;
- Consultoria Económica e Financeira;
- Consultoria Estratégica de Gestão;
- Apuramento das Necessidades de Financiamento e Intermediação;
- Avaliação de Desempenho da Empresa;
- Monitorização, Análise e Medidas de Melhor Eficiência em "Chão de Fábrica";
- Planos de Negócios e Estudos de Viabilidade;
- Reestruturação e Recuperação de Empresas;
- Reestruturação de Passivo Bancário;
- Avaliação de Empresas e Marcas;
- Organização e Definição de Processos

Na área de Contabilidade e Fiscalidade (CAE 69200), a empresa Alfa garante o cumprimento de todas as obrigações declarativas das empresas, assegurando rigor e conformidade com os normativos legais, encarando a contabilidade não apenas como uma exigência legal, mas também como uma ferramenta de apoio à gestão. Fazem parte das tarefas:

- Execução da Contabilidade Geral e Analítica;
- Gestão de RH e Administrativa;
- Reconciliações Bancárias;
- Análise e Reconciliação de Contas Correntes;
- Controlo de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis;
- Preparação e Submissão das Declarações Fiscais;
- Submissão Mensal de Ficheiros SAF-T;
- Comunicação de Inventários à AT;
- Acompanhamento Fiscal e Contabilístico;
- Verificação da Aplicabilidade de Possíveis Benefícios Fiscais;
- Preparação das Demonstrações Financeiras;
- Encerramento de Contas e Elaboração do Relatório de Gestão;
- Certificação IAPMEI;
- Comunicação de Operações do Exterior ao Banco de Portugal (COPE);
- Criação e Constituição de Empresas.

No âmbito das Outras atividades auxiliares de serviços financeiros (CAE 66190), o departamento de Projetos de Investimento tem como missão apoiar os clientes no enquadramento dos seus investimentos em sistemas de incentivo nacionais e comunitários, assegurando acompanhamento técnico especializado ao longo de todo o processo de candidatura. Para além de elaborar candidaturas e planos de viabilidade, a empresa Alfa assegura o contacto com os organismos de gestão responsáveis em todas as fases do processo, acompanhando desde a submissão até à execução e encerramento dos projetos. Este acompanhamento especializado potencia a criação de valor para as empresas, na medida em que aumenta a taxa de aprovação das candidaturas, através da correta interpretação dos regulamentos e critérios de elegibilidade, reduz o risco de incumprimentos técnicos e financeiros e contribui para o cumprimento dos prazos e objetivos definidos.

Fazem parte das tarefas:

- Avaliação e Enquadramento da Ideia;
- Realização do Estudo de Viabilidade Económica;
- Elaboração e Submissão da Candidatura;
- Acompanhamento do Projeto;
- Encerramento do Investimento;
- Encerramento do Projeto.

3.3 Estrutura de Pessoal

A empresa Alfa até à data-fim do estágio apresentava uma equipa multidisciplinar composta por onze colaboradores (Tabela 4):

Tabela 4 : Nº de colaboradores por departamento da empresa Alfa

Departamento	Nº de colaboradores
CEO	1
Contabilidade	3
Consultoria e Apoio Financeiro e de Gestão	5
Projetos de Investimento	1
Marketing e Gestão de Redes Sociais	1

Fonte: Elaboração própria com base em documentos internos da empresa

Tendo em conta o número de trabalhadores, a empresa Alfa é caracterizada como pequena empresa, onde a participação ativa dos diferentes colaboradores e a interajuda se tornam transversais a todos os processos / relacionamentos com clientes e parceiros. A distribuição por sexo é equilibrada (54,5% mulheres).

A empresa foi distinguida no ano de 2024 com o Selo da Igualdade Salarial atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Este reconhecimento reflete o paralelismo que deve existir nas práticas remuneratórias entre homens e mulheres. As remunerações praticadas pela empresa são assentes no mérito, qualificação académica, experiência profissional, desempenho e responsabilidade.

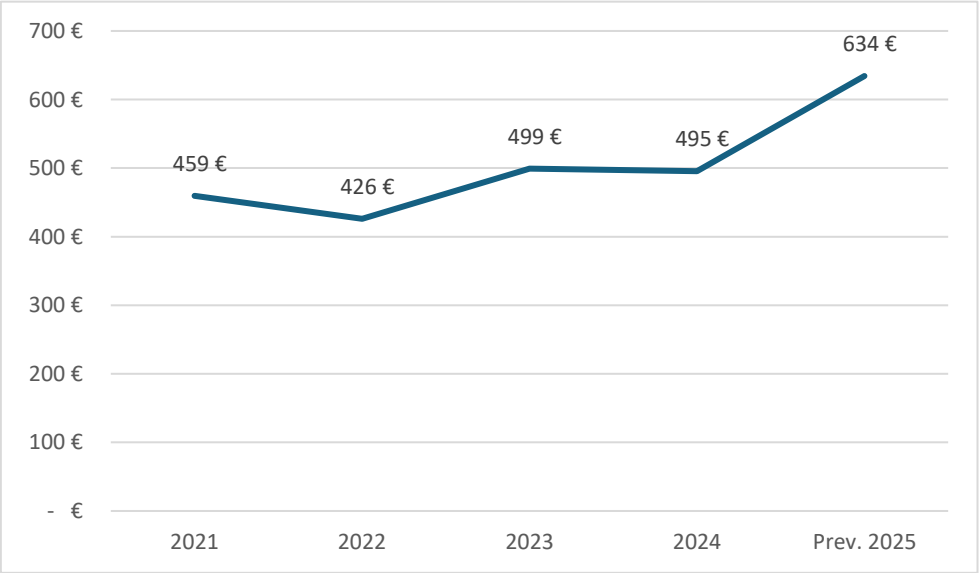
A gestão de recursos humanos da empresa valoriza e promove uma estratégia de desenvolvimento interno e progressão de carreira, formação contínua e oportunidade de crescimento profissional, havendo evidências de que dois colaboradores já assumiram posição de sócios na empresa devido ao seu percurso e contributo profissional.

3.4 Evolução

3.4.1 Evolução global da empresa

A empresa Alfa tem vindo a apresentar uma evolução globalmente positiva (Figura 6). Ao longo dos últimos 5 anos a empresa diversificou os serviços prestados e procedeu a uma alteração de estruturas internas, o que contribuiu para a sua diferenciação no mercado. A evolução do Volume de Negócios, foi marcada por ritmos de crescimentos diferentes entre departamentos. No geral, o Volume de Negócios, em termos reais cresceu 38% de 2021 para 2025, apresentando um crescimento mais acentuado no último ano. Este crescimento está associado a uma expansão do mercado, através do reforço da carteira de clientes e do aumento da oferta de serviços com maior valor acrescentado (Figura 6).

Figura 6 : Evolução do Volume de Negócios (milhares de €)

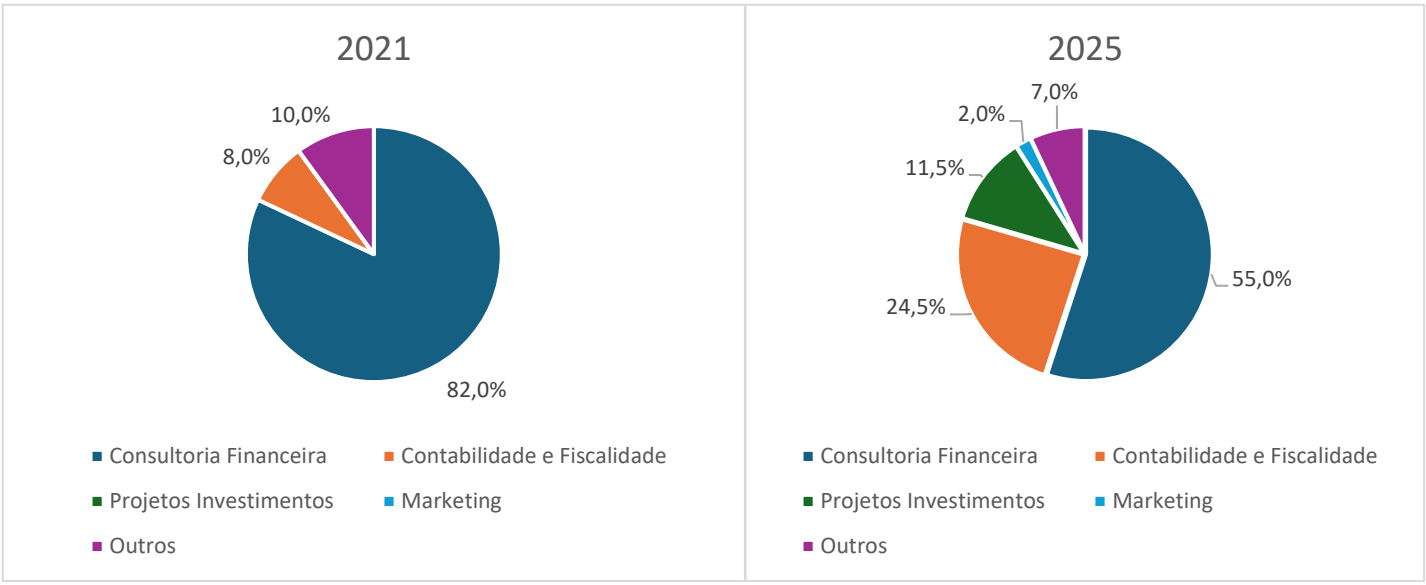


Fonte: Elaboração própria com base em relatórios internos da empresa

A diversificação dos serviços oferecidos pela empresa contribuiu positivamente para o crescimento da mesma, assim como para a mitigação de riscos e desenvolvimento de novas oportunidades.

Observando a Figura 7, é possível verificar que a empresa Alfa passou de 3 departamentos em 2021, para 5 departamentos em 2025.

Figura 7 : Evolução da estrutura dos departamentos da empresa Alfa



Fonte: Elaboração própria com base em relatórios internos da empresa

Em 2021, a Consultoria Financeira destacou-se como o departamento que apresentou um maior volume de negócios (VN), demonstrando ser uma das áreas mais relevantes e procuradas da empresa Alfa. A empresa revelava-se muito pouco diversificada e fortemente dependente do desempenho do departamento de Consultoria.

Entre 2021 e 2025, a empresa cresceu, não só graças aos departamentos que já existiam, mas também pelo alargamento do leque de serviços prestados, como o serviço de Projetos de Investimento, que surgiu em 2022 e o serviço de Marketing, que surgiu em 2025. (Figura 7).

Tirando vantagem da sua capacidade para se adaptar às necessidades do mercado, em 2025 a empresa Alfa registou um aumento significativo do VN, bem como um aumento do contributo dos diferentes serviços apresentados para além da consultoria.

Ainda assim, a Consultoria Financeira continua a ser responsável por mais de metade do volume de negócios e que outros 25% são gerados pelos serviços de Contabilidade e Fiscalidade.

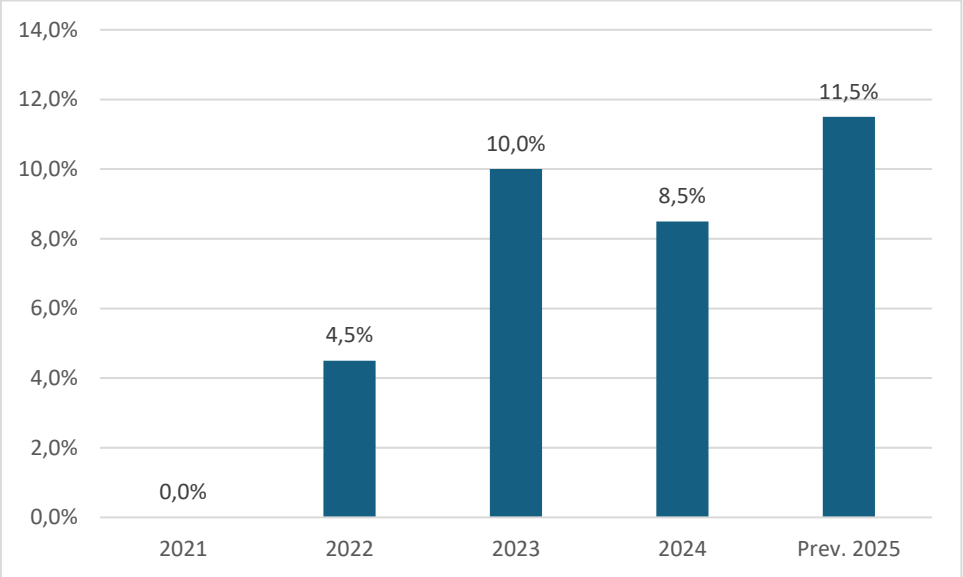
3.4.2 Evolução da área de Projetos de Investimento

O departamento dos Projetos de Investimento (DPI) foi criado em 2022. Nos primeiros anos do período em análise, o seu peso no VN global da empresa foi muito reduzido, contudo, verificou-se um crescimento significativo nos anos seguintes (Figura 8). Tratando-se de uma área ainda em fase de expansão, associada a um aumento da procura por serviços de apoio ao investimento e a candidaturas a incentivos / fundos comunitários. O peso do DPI no VN global aumentou 7 pontos percentuais entre 2022 e 2025.

Esta evolução ilustra a capacidade da empresa Alfa em identificar as necessidades das suas empresas clientes e responder rapidamente, identificando e aproveitando oportunidades de mercado/negócio.

A empresa continua a consolidar as áreas de Consultoria e Contabilidade e a dinamizar o crescimento de áreas emergentes, como os PI e o Marketing que reforçam o seu peso na empresa.

Figura 8 : Evolução do peso departamento de PI no V.N (%)



Fonte: Elaboração própria com base em relatórios internos da empresa

A maioria dos clientes do Departamento de Projetos de Investimento (DPI) não surge de contactos ocasionais motivados pela abertura de avisos de financiamento, mas sim de outros departamentos da empresa, com particular destaque para a área de consultoria financeira. Os consultores financeiros, no decurso do acompanhamento regular das empresas adquirem um conhecimento aprofundado da sua situação económica e financeira, dos seus objetivos de crescimento, necessidades de investimento e das suas limitações de acesso a financiamento externo, o que facilita a identificação de oportunidades de enquadramento em programas de financiamento europeu, funcionando como ponto de partida para a articulação com o DPI. De salientar que a criação e consolidação do DPI tiveram origem na necessidade estratégica de responder a solicitações recorrentes das empresas clientes.

4. Atividades realizadas no estágio

O estágio curricular teve a duração de 3 meses, tendo iniciado a 15 de setembro e terminado a 15 de dezembro de 2025. Foi realizado no DPI da empresa, 5 dias por semana, num total de 40h semanais.

O DPI conta apenas com uma colaboradora que desempenha um papel central na dinâmica da empresa, uma vez que é responsável pela elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas a programas de incentivo nacionais e europeus, bem como pela realização de estudos de viabilidade económica e financeira para as empresas clientes.

Compete-lhe garantir que os projetos respeitam os critérios de elegibilidade e que toda a documentação técnica e financeira exigida é corretamente preparada e entregue dentro dos prazos estipulados. Para além disso, cabe-lhe a definição de prioridades, a alocação de tarefas e a articulação com os restantes departamentos da empresa, nomeadamente com as áreas de consultoria e contabilidade, de modo a assegurar uma abordagem integrada.

Numa primeira fase, procurei familiarizar-me e integrar-me na empresa, o que envolveu a apresentação à equipa, ao ambiente de trabalho e aos métodos internos de funcionamento, bem como a definição dos objetivos, das responsabilidades e das tarefas a desenvolver ao longo do período de estágio.

O primeiro passo para conhecer as tarefas desenvolvidas no departamento consistiu na leitura e análise detalhada de documentos e regulamentos relacionados com os principais programas em vigor, nomeadamente o PT 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Para além da documentação e regulamentação existente, os *websites* oficiais dos programas foram essenciais para consolidar o conhecimento sobre as diversas tipologias de investimento e para a identificação de oportunidades para as empresas clientes, pelo que uma das minhas tarefas iniciais foi a exploração dos *websites*, especificamente os relativos às linhas NORTE 2030, COMPETE 2030, Empresas 4.0, Descarbonização da Indústria e Capitalização e Inovação Empresarial.

Ainda, na fase inicial, explorei as plataformas de candidatura e acompanhamento, que constituem as ferramentas oficiais de comunicação entre a consultora e os organismos de gestão de fundos. Estas plataformas disponibilizam toda a informação necessária ao processo, desde os campos de preenchimento obrigatórios na elaboração da candidatura até à sua submissão, bem

como à apresentação de pedidos de pagamento e à consulta da verificação dos pagamentos efetuados pelos organismos competentes. A familiarização com estas plataformas revelou-se essencial para compreender a operacionalização prática dos processos e as exigências técnicas associadas.

Uma parte significativa do estágio foi dedicada à análise de novos avisos de abertura de candidaturas, que foram estudados detalhadamente, de modo a compreender os seus objetivos específicos, os critérios de elegibilidade e requisitos formais, de forma a iniciar novos processos de elaboração e submissão de candidaturas para as empresas clientes e potenciais novos clientes. Após estas análises, tive oportunidade de avaliar o enquadramento dos conteúdos e projetos propostos, bem como a adequação dos objetivos de investimento de cada empresa ao aviso em que pretendiam submeter a candidatura. Paralelamente, elaborei estudos de viabilidade económica e participei ativamente na redação dos formulários de candidatura e das memórias descritivas necessárias para a sua submissão. As tarefas desenvolvidas incluíram, ainda, o acompanhamento de diversas fases de projetos que já tinham sido anteriormente submetidos e aprovados. Neste processo tive oportunidade de conhecer e analisar as características das empresas clientes no DPI, ou seja, as empresas que se candidataram a financiamento europeu no quadro dos sistemas de incentivos à inovação.

O estágio permitiu-me ter contacto direto com projetos reais, proporcionando o desenvolvimento de competências práticas e analíticas nas áreas da análise de investimento, gestão de projetos e consultoria estratégica, além de aprofundar o conhecimento sobre os programas de apoio da UE e os processos de financiamento das empresas.

4.1 Candidaturas a incentivos elaboradas pela empresa Alfa

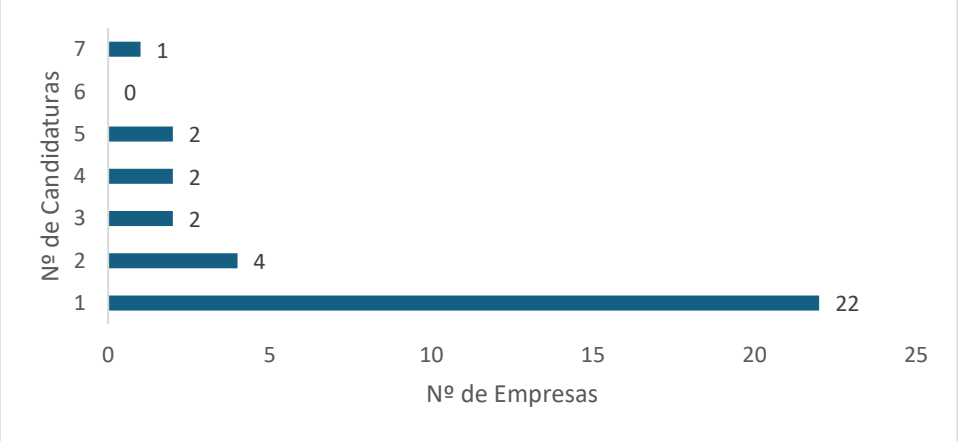
Até ao final do período de estágio, a empresa Alfa trabalhou um total de 61 candidaturas a incentivos no âmbito dos diversos programas em análise, abrangendo um horizonte temporal de quatro anos (2022–2025). Estas candidaturas foram apresentadas por 32 empresas, incluindo uma candidatura submetida pela própria empresa Alfa, no âmbito da linha Capitalização e Inovação Empresarial, destinada à obtenção de financiamento europeu para um projeto relacionado com a inteligência artificial (IA). Para efeitos de análise das candidaturas submetidas, que contaram com o apoio da empresa Alfa, serão consideradas todas as candidaturas submetidas.

Observa-se que as empresas que recorrem a financiamentos públicos tendem, de forma recorrente, a apresentar múltiplas candidaturas ao longo do tempo, evidenciando uma utilização continuada dos instrumentos de apoio disponíveis.

Com o objetivo de traçar o perfil das empresas clientes da empresa Alfa que submeteram candidaturas a programas europeus e conhecer as suas expectativas, procedeu-se à realização de uma análise detalhada, que se encontra estruturada em três componentes distintas: (i) análise das candidaturas submetidas; (ii) caracterização do perfil das empresas candidatas; e (iii) análise das expectativas manifestadas no processo de candidatura.

Na Figura 9, observa-se que 11 empresas (mais de 34%) submeteram, neste período, mais do que uma candidatura. Isto mostra que é comum as empresas candidatarem-se múltiplas vezes a financiamento público. O máximo de candidaturas elaboradas pela mesma empresa foi 7.

Figura 9 : Nº de candidaturas por empresa

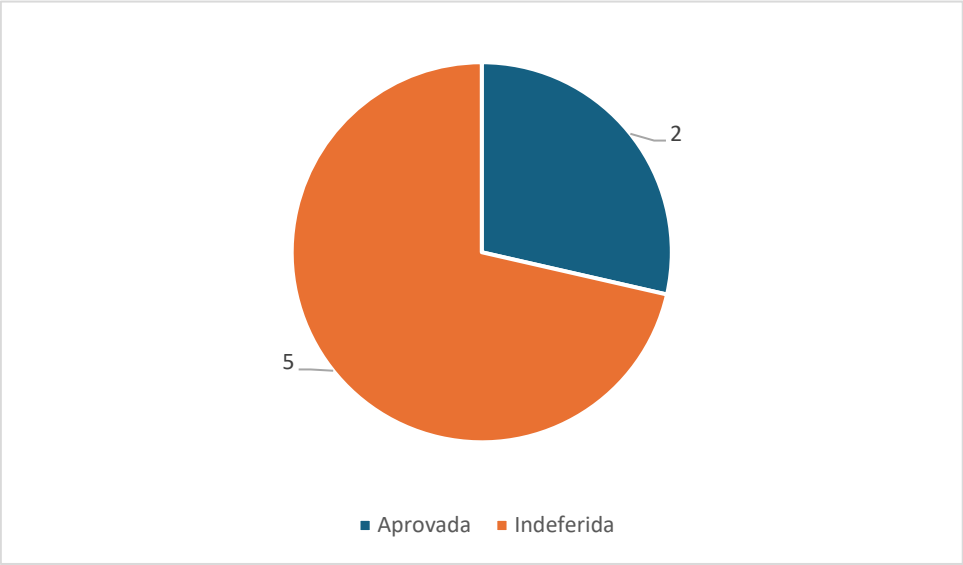


Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Das 61 candidaturas realizadas entre 2022 e 2025, 39 candidaturas são das 11 empresas consideradas "repetentes". As empresas submetem múltiplas candidaturas a fundos europeus porque necessitam de apoio para diferentes áreas de investimento, recorrendo assim a várias tipologias de incentivo. Das 39 candidaturas apresentadas por estas empresas, 82% correspondem a candidaturas submetidas pela segunda vez ou mais, mas dirigidas a novas tipologias de apoio. Apenas 18% dizem respeito a segundas candidaturas ao mesmo aviso ou programa de apoio.

A reapresentação de candidaturas à mesma tipologia de apoio pode justificar-se por dois fatores principais: o indeferimento da candidatura inicial ou a contínua evolução tecnológica, que gera novas necessidades de investimento por parte das empresas. No entanto, das sete segundas candidaturas ao mesmo aviso, apenas duas foram aprovadas (Figura 10). O indeferimento das restantes explica-se, sobretudo, pela elevada procura associada ao apoio "Indústria 4.0", que originou falta de dotação para apoiar todos os projetos submetidos.

Figura 10 : Resultado das segundas candidaturas à mesma tipologia de apoio



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Relativamente às empresas que submetem candidaturas de forma recorrente aos instrumentos de apoio, a perceção obtida durante o estágio sugere que este comportamento não decorre, necessariamente, de uma utilização oportunista dos incentivos, mas antes da natureza estrutural das suas necessidades de investimento.

Adicionalmente, verifica-se a existência de avisos mutuamente exclusivos, como é o caso dos Incentivos Territoriais e de Inovação Produtiva. Isto significa que, caso uma empresa beneficie de um incentivo destinado a financiar um determinado tipo de investimento, fica automaticamente impedida de se candidatar, em simultâneo, a outro instrumento que incida sobre a mesma tipologia de despesa. Estes mecanismos visam assegurar a racionalidade na afetação de fundos públicos e evitar situações de dupla comparticipação.

No que concerne à capacidade financeira das empresas, a minha experiência prática mostra que a maioria das pequenas e médias empresas (PME) não dispõe de recursos próprios suficientes para suportar integralmente investimentos de maior dimensão ou de natureza estratégica. Mesmo quando existe acesso a fundos europeus, estes raramente cobrem a totalidade do investimento elegível, exigindo sempre uma componente de capitais próprios e, frequentemente, o recurso a financiamento externo. Neste contexto, torna-se comum a adoção de uma estrutura de financiamento tripartida, assente em: (i) capitais próprios, (ii) fundos europeus não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis, e (iii) financiamento bancário. Esta combinação permite diluir o risco financeiro e viabilizar projetos que, de outro modo, poderiam não avançar.

É neste enquadramento que o Banco de Fomento assume um papel particularmente relevante, ao atuar como entidade facilitadora do acesso ao crédito. Através da prestação de garantias públicas aos bancos comerciais, reduz o risco associado ao financiamento de projetos empresariais, especialmente nos casos em que as empresas apresentam perfis de risco mais elevados.

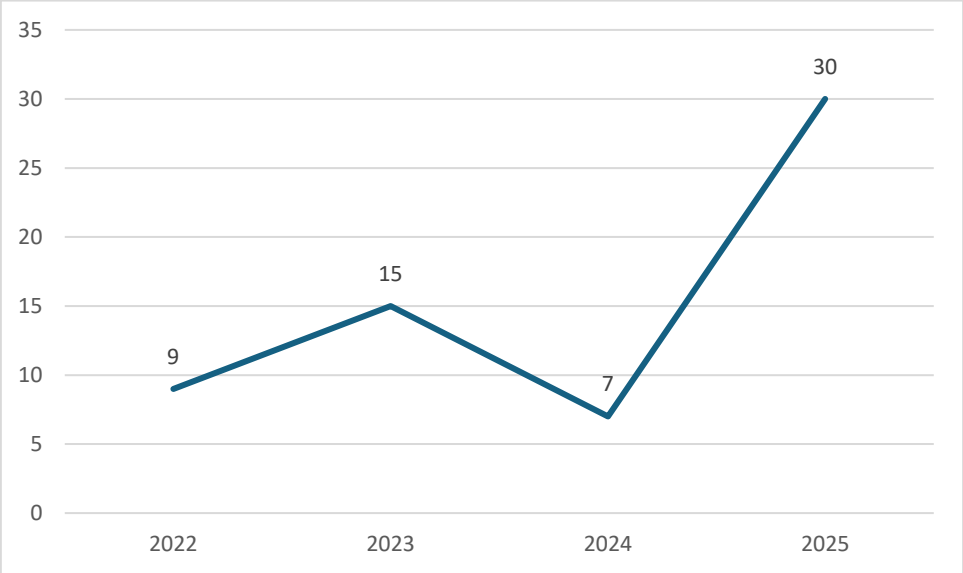
4.1.1 Análise Descritiva das Candidaturas elaboradas e submetidas entre 2022 e 2025

Entre os anos de 2022 e 2025, a empresa Alfa apoiou as 32 empresas clientes do DPI na elaboração e submissão de 60 candidaturas. Além destas, elaborou e submeteu uma candidatura para a própria empresa.

A distribuição do número de candidaturas por ano não é regular, estando dependente da abertura dos programas de financiamento, tal como se pode observar na Figura 11. No entanto, é possível verificar que existe uma tendência crescente. O ano de 2025 foi o que apresentou um maior número de candidaturas elaboradas (30), associado ao aumento da disponibilidade de Fundos Europeus e da correspondente procura das empresas por financiamento europeu. No ano de 2024 foi elaborado um número anormalmente reduzido de candidaturas. Este número justifica-se pelo facto de terem trabalhado essencialmente com o PT 2030, que exige um tempo de preparação mais elevado. Quer em 2023, como em 2025, foram elaboradas mais candidaturas no âmbito do PRR, tratando-se de candidaturas mais simplificadas, permitindo um número maior

de submissões. O ano de 2022 corresponde ao arranque do DPI o que explica o número reduzido de candidaturas submetidas nesse ano.

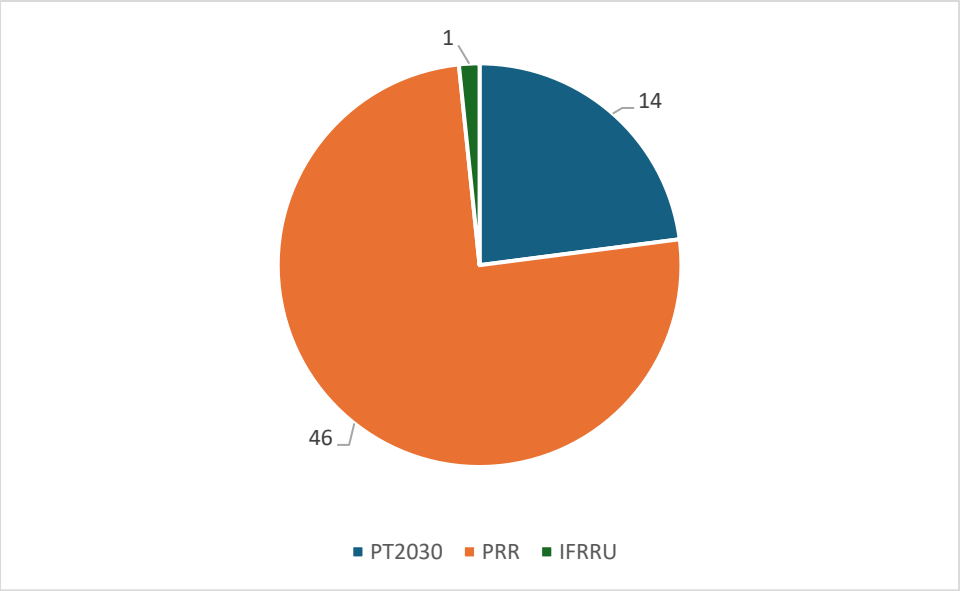
Figura 11 : Nº de candidaturas submetidas por ano



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Observando a Figura 12 é possível verificar que 46 candidaturas (mais de 75%) foram submetidas ao programa PRR. As restantes enquadram-se no PT2030 (23%) e apenas 1 no IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas). Esta distribuição evidencia uma clara prevalência do programa PRR, seguido do PT2030, explicada pela dotação financeira expressiva do PRR, e pelo forte apoio ao investimento em áreas emergentes e cada vez mais procuradas pelas empresas, como a digitalização, a inovação e a sustentabilidade.

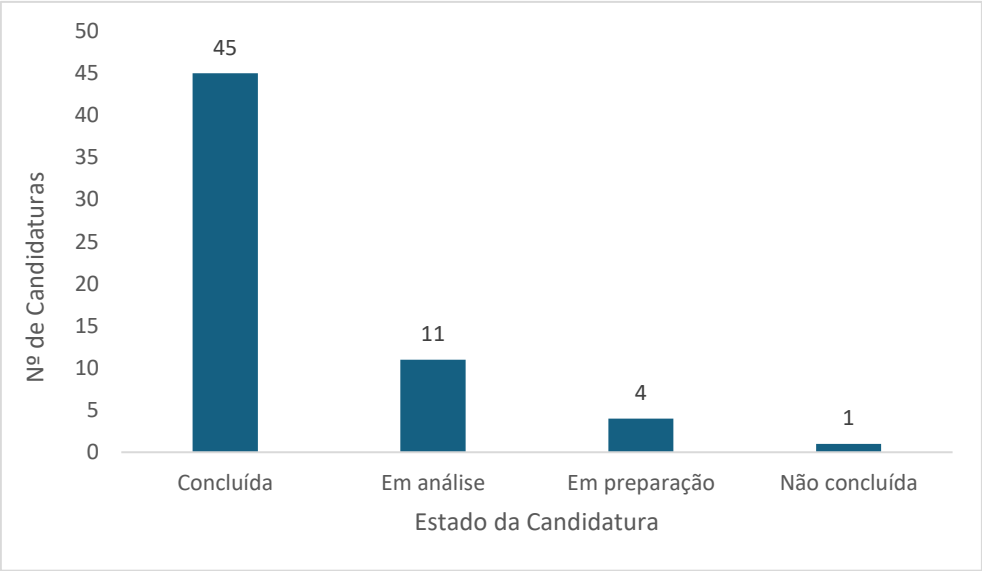
Figura 12 : Nº de candidaturas por programa



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

As candidaturas passam por diferentes fases. As candidaturas submetidas e aprovadas em 2022 já estão encerradas, dado que os projetos contemplam, em média, apenas 24 meses de implementação. As candidaturas elaboradas até 15 de dezembro 2025 (data fim do estágio) podem ainda não ter sido submetidas, estando ainda em preparação, ou então já ter sido submetidas e estar a aguardar decisão. Analisando a Figura 13, verifica-se que, entre 2022 e 2025, a empresa Alfa apresentava um total de 45 candidaturas concluídas, 11 encontravam-se a aguardar decisão, 4 estavam ainda em preparação, pelo que ainda não tinham sido submetidas à data de 15 de dezembro e, finalmente 1 que começou a ser preparada, mas não concluiu a submissão, tendo essa empresa desistido da candidatura ao financiamento europeu.

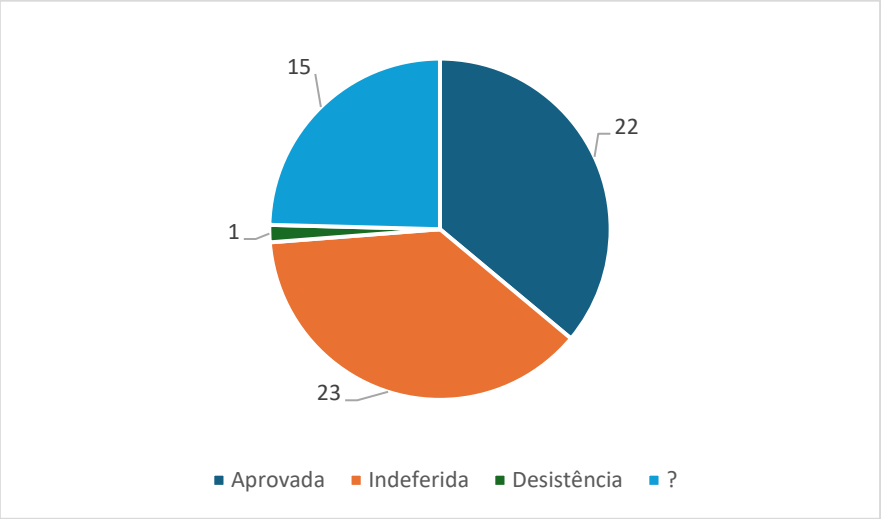
Figura 13 : Estado das candidaturas elaboradas entre 2022 e 2025



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Das candidaturas submetidas é possível verificar que 36% foram aprovadas, o que reflete a adequação dos projetos aos critérios de elegibilidade. No entanto, observa-se uma percentagem elevada (38%) de candidaturas indeferidas, o que ilustra bem as dificuldades existentes nos processos de candidatura a financiamento europeu, nomeadamente as relativas à documentação exigida e à limitação da dotação disponibilizada (Figura 14). Estes dados evidenciam a necessidade de um reforço do rigor e, sobretudo, da rapidez na preparação das candidaturas, especialmente no caso das linhas de apoio com elevada procura e cuja dotação esgota rapidamente.

Figura 14 : Resultado das candidaturas à data de 15 de dezembro



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

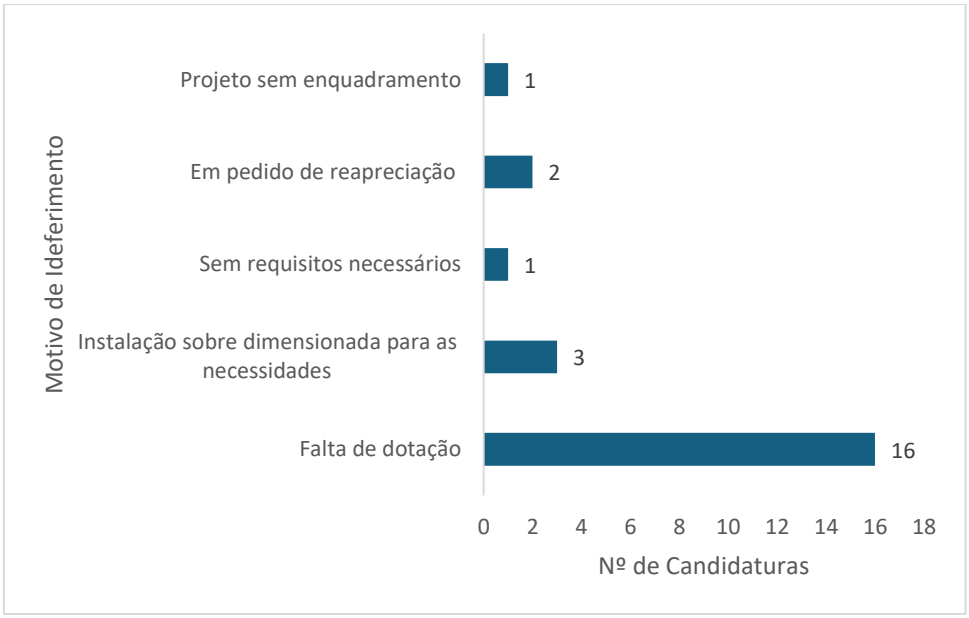
Efetivamente, apesar de o número de candidaturas indeferidas ser superior ao número de candidaturas aprovadas, é possível verificar que, em cerca de 70% dos casos, o principal motivo de indeferimento é a falta de dotação das tipologias de apoio (Figura 15). Ou seja, na grande maioria dos casos, o indeferimento não decorre de insuficiências técnicas ou do incumprimento de critérios de elegibilidade, mas sim de uma limitação estrutural de recursos financeiros disponíveis no respetivo aviso.

O indeferimento por falta de dotação resulta da abertura de avisos de candidatura com um montante disponível muito reduzido face à procura, o que faz com que rapidamente esgote, não estando em causa o mérito dos projetos submetidos. Quando as candidaturas submetidas são muito mais numerosas do que a verba disponível para apoiar o investimento, torna-se fundamental preparar e submeter rapidamente as candidaturas assim que o aviso abre, de modo a conseguir obter o financiamento.

No caso da empresa Alfa os indeferimentos por falta de dotação estão associados ao apoio "Indústria 4.0" que foi um aviso muito esperado e com elevada procura, de tal forma que abriu e fechou no mesmo dia. As candidaturas aprovadas com possibilidade de financiamento foram as submetidas nas primeiras 5h após a abertura, tendo as restantes um resultado de indeferimento por falta de dotação.

Relativamente aos restantes motivos de indeferimento a Figura 15 mostra que em apenas 4% dos casos as candidaturas não foram aprovadas porque a empresa candidata à linha de apoio não apresentava a documentação em dia e/ou em conformidade com o exigido. Outros 4% dos indeferimentos foram justificados pelo não enquadramento do projeto na tipologia de apoio ao qual foi realizada a candidatura e em 13% dos casos, o analista considerou que estava a ser solicitado e previsto mais do que aquilo que era necessário/possível de ser executado. Os indeferimentos por instalação sobredimensionada estão associados aos critérios de avaliação do apoio, que considerava investimentos em painéis solares e fotovoltaicos apenas até ao limite de produção de energia para que o edifício seja autossuficiente. Nos 3 casos referidos, esse limite era excedido, resultando em indeferimentos. Dois dos indeferimentos estão em reapreciação uma vez que a empresa Alfa não concordou com a fundamentação apresentada (Figura 15).

Figura 15 : Nº de candidaturas por motivo de indeferimento



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

A taxa de desistência é residual, apenas 2%, o que indica que, uma vez iniciado o processo de candidatura, as empresas tendem a mantê-lo até à sua conclusão. Não é possível apresentar o resultado de 15 candidaturas, uma vez que se encontravam ainda em fase de análise ou preparação à data do final do estágio.

Dentro de cada programa existe mais do que uma linha de apoio, algumas das quais não serão abordadas nesta análise, uma vez que este relatório se centra apenas nos incentivos à inovação, que incluem apoios à digitalização e à modernização. As linhas de apoio a que se candidataram as empresas clientes na empresa Alfa e o correspondente número de candidaturas estão descritas na Tabela 5.

Tabela 5 : Linhas de apoio

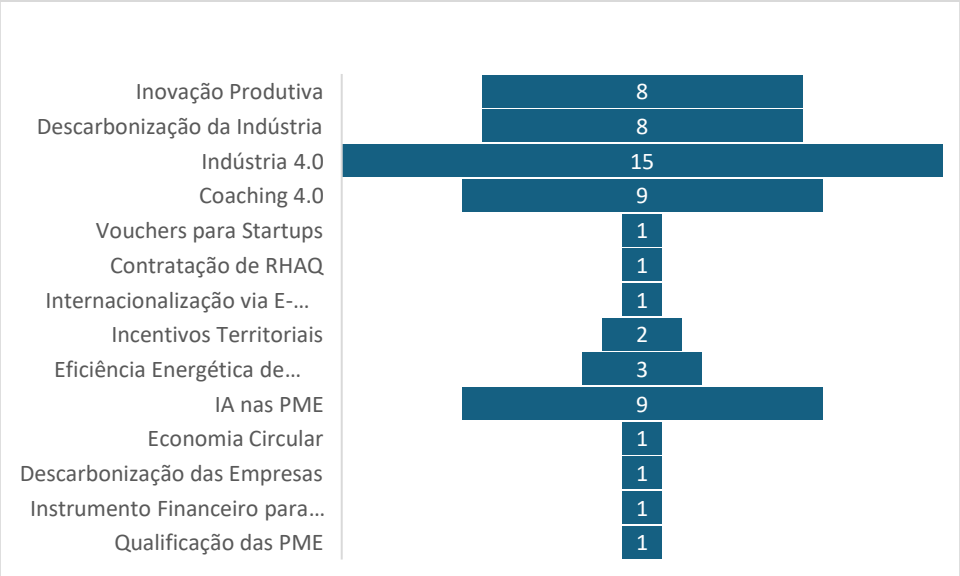
PRR		PT2030	
Linhas	Nº de Candidaturas	Linhas	Nº de Candidaturas
Empresas 4.0	26	COMPETE 2030	3
Descarbonização da Indústria	11	NORTE 2030	11
		Capitalização e Inovação Empresarial	9

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

A predominância de candidaturas à linha de apoio Empresas 4.0 reflete o crescimento da importância da realização de investimentos associados à digitalização, inovação e modernização de processos. As restantes linhas de apoio apresentam um número de candidaturas mais reduzido, uma vez que se tratam de apoios com menor adequação às necessidades atuais das empresas e mais exigentes no que diz respeito a requisitos, tornando a preparação, enquadramento e submissão da candidatura mais complexos.

Estes resultados sugerem que, apesar de existirem diversas linhas de apoio, nem todas se revelam igualmente atrativas e adequadas às necessidades das empresas, uma vez que todas apresentam tipologias de apoios diferentes. Diferentes tipologias de apoio implicam também requisitos, exigências e documentação distintos, o que pode também influenciar no número de candidaturas submetidas.

Figura 16 : Nº de candidaturas por tipologia de apoio



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

A tipologia de apoio "Indústria 4.0." foi a mais procurada, tendo já sido abertas duas edições. Diferencia-se das restantes por apresentar uma natureza mais transversal, quer ao nível dos objetivos de coesão, quer ao nível dos investimentos elegíveis. As tipologias "*Coaching 4.0*" e "IA nas PME" também apresentaram um número de candidaturas significativo. A Inovação Produtiva e a Descarbonização da Indústria também se mostram relevantes, o que evidencia a crescente preocupação das empresas com a melhoria de processos produtivos, assim como com a sustentabilidade. Os restantes apoios apresentaram um número reduzido de candidaturas, o que pode estar relacionado com o facto de apresentarem um grau de complexidade e de especificidade mais elevado, tornando o processo e os requisitos de elegibilidade dos projetos mais exigentes (Figura 16).

5. Perfil e expectativas das empresas que se candidataram a fundos europeus

5.1 Perfil das empresas

5.1.1 Enquadramento

As diversas linhas de apoio apresentam determinados objetivos e requisitos que devem ser cumpridos ao longo dos vários momentos do processo de candidatura. As características das empresas, como dimensão, setor, localização, antiguidade, capital humano e volume de negócios, por exemplo, são indicadores que os organismos públicos usam para selecionar as empresas que vão beneficiar do apoio.

Segundo Mamede et al. (2015), a dimensão de uma empresa é um fator determinante da sua capacidade de sobreviver no mercado. Os autores referem que microempresas são mais favorecidas por subsídios públicos, em comparação com empresas de maiores dimensões. Estas últimas, por sua vez, apresentam maiores capacidades e recursos internos o que lhes permite obter financiamentos que não sejam provenientes de fundos públicos, mas também uma grande capacidade de acesso e conhecimento destes instrumentos (Barbosa & Silva, 2018; Mina et al., 2021). Em contrapartida, as microempresas frequentemente, apresentam limitações de gestão que condicionam a sua capacidade de participar em programas de incentivo (Barbosa & Silva, 2018). Posto isto, apesar de os subsídios se destinarem a apoiar empresas com restrições de financiamento, é comum encontrar entre as empresas candidatas, algumas empresas de maior dimensão, dentro da classe de dimensão a que se destinam os apoios.

O setor de atividade em que a empresa opera condiciona o acesso e a procura de apoio público. Dado que cada indústria apresenta características específicas e necessidades distintas, é comum os programas e linhas disponíveis serem direcionados para setores específicos (Silva & Carreira, 2012). Geralmente, setores que apresentam menor desenvolvimento tecnológico e, também, a construção, tendem a apresentar maior procura de apoio público, dado que tendem a dispor de recursos mais limitados. (Mamede et al., 2015; Silva & Carreira, 2012).

Relativamente à localização da empresa, os programas de apoio são frequentemente direcionados para zonas mais desfavorecidas. As regiões consideradas menos desenvolvidas enfrentam dificuldades económicas e sociais, pelo que os subsídios públicos podem ser usados com o objetivo de promover a equidade territorial. Assim, considera-se que empresas sediadas nestas regiões podem e devem ter condições privilegiadas de acesso a apoios públicos para se

manterem competitivas, modernizarem e inovarem as suas linhas produtivas e contribuírem para a sustentabilidade (Comissão Europeia, n.d.; Mamede et al., 2015).

A idade das empresas também influencia significativamente a obtenção de subsídios (Barbosa & Silva, 2018). Geralmente, empresas mais jovens enfrentam constrangimentos financeiros mais sérios, uma vez que lhes é mais difícil obter acesso a capital (Barbosa & Silva, 2018). Esta limitação estrutural coloca as empresas jovens numa posição de maior vulnerabilidade e, por isso, de maior necessidade relativa de apoio público (Mamede et al., 2015). No âmbito da inovação, segundo Mina et al. (2021), empresas mais jovens com atividade nos setores tecnológicos tendem a apresentar um maior número de candidaturas a incentivos.

A disponibilidade de capital humano qualificado pode também condicionar a capacidade de uma empresa beneficiar de apoios públicos (Barbosa & Silva, 2018). A existência de lacunas de conhecimento técnico e de competências digitais nas empresas pode limitar a adoção de novas tecnologias e a integração de soluções digitais nos processos, reduzindo o potencial de aproveitamento de instrumentos de política pública destinados à transformação digital e à modernização das empresas (Comissão Europeia, 2020)

Finalmente, em relação às vendas, volume de negócios e criação de valor, Mina et al. (2021) sugerem que empresas com maior volume de negócios e faturação não são as que mais beneficiam de subsídios. Este resultado pode ser explicado pelas restrições de elegibilidade e pela diferenciação das taxas de incentivo em função da dimensão empresarial, uma vez que os instrumentos de política pública, particularmente no contexto europeu, privilegiam as PME enquanto principais beneficiárias dos programas de apoio (Comissão Europeia, 2014). Na mesma ótica, Silva & Carreira (2012) evidenciam que o sobretudo em empresas de base inovadora, o crescimento assente exclusivamente no aumento das vendas não constitui o principal determinante para a obtenção de subsídios, reforçando a ideia de que os critérios de financiamento vão além da dimensão económica das empresas.

Segundo Barbosa & Silva (2018) a taxa de crescimento do número de empresas subsidiadas aumentou no período de 2007 a 2013, evidenciando um aumento do reconhecimento e da relevância dos apoios públicos. Esta evidência é consistente com a perspetiva de Mamede et al. (2015) que destacam a particular eficácia destes instrumentos junto de empresas mais vulneráveis, tipicamente caracterizadas por maiores restrições financeiras e limitações no acesso a financiamento.

No contexto da inovação Silva & Carreira (2012) complementam esta perspetiva ao evidenciar que as empresas inovadoras apresentam uma maior probabilidade de aceder a apoios públicos, mesmo que apresentem maiores constrangimentos financeiros. Estes resultados sugerem que os mecanismos de atribuição de subsídios tendem a privilegiar não apenas a necessidade de financiamento, mas principalmente o potencial de inovação e de criação de valor e a necessidade de investimento.

A identificação do perfil das empresas que recorrem a subsídios e das suas características distintivas é relevante para compreender os mecanismos de atribuição dos apoios financeiros públicos.

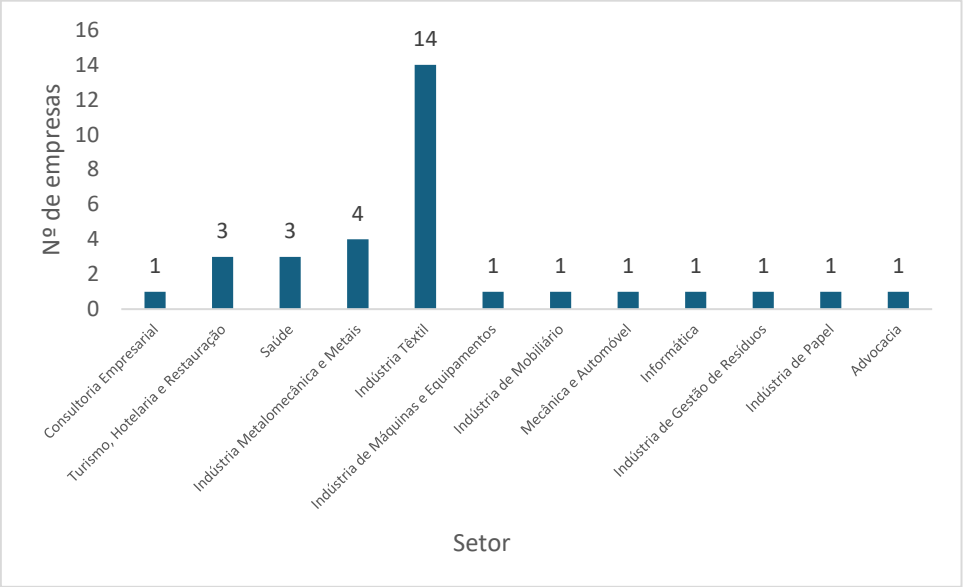
5.1.2 Perfil das empresas clientes do DPI que se candidataram a fundos europeus entre 2022 e 2025

No âmbito do presente relatório de estágio, através dos dados recolhidos, foi possível traçar o perfil das empresas clientes do DPI (32) da empresa Alfa em relação a algumas das suas características estruturais, como setor de atividade, dimensão, localização e antiguidade.

No que respeita à orientação internacional das empresas analisadas, verifica-se que a maioria apresenta atividade exportadora, ainda que com diferentes graus de envolvimento. Cerca de 55% das empresas realizam exportação direta, enquanto 3% recorrem a mecanismos de exportação indireta. Por outro lado, 42% das empresas não desenvolvem qualquer atividade exportadora, evidenciando uma heterogeneidade significativa no grau de internacionalização.

No que diz respeito ao setor de atividade verifica-se uma predominância clara de empresas da indústria transformadora, principalmente da Indústria Têxtil (Figura 17).

Figura 17 : Nº de empresas por setor de atividade

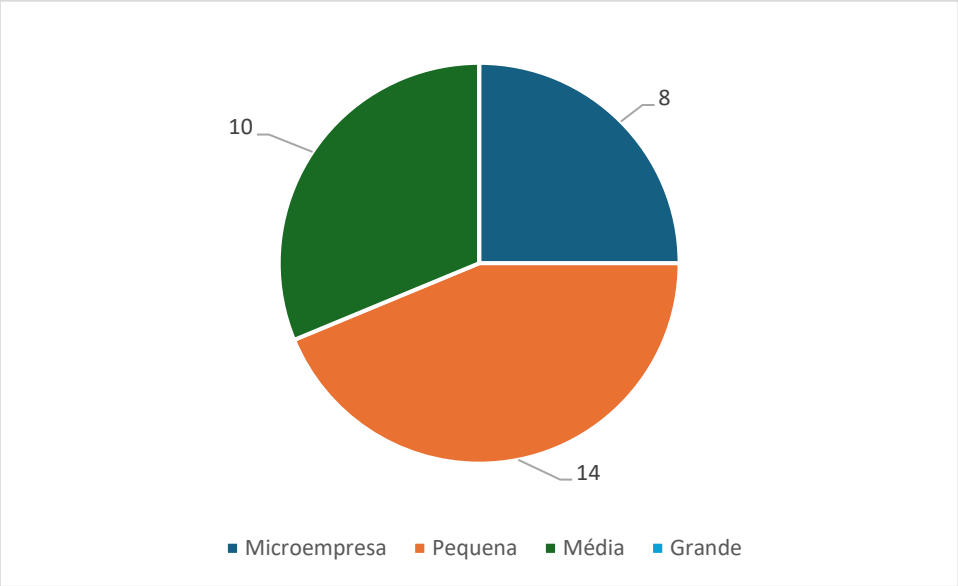


Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Este predomínio pode indicar que as empresas deste setor enfrentam maiores necessidades de investimento para modernização, inovação tecnológica e aumento de capacidade produtiva, ou simplesmente ser o reflexo da composição setorial da bolsa de clientes da empresa Alfa.

No âmbito da dimensão, as empresas clientes do DPI da empresa Alfa são essencialmente pequenas empresas, seguido de médias empresas e microempresas respetivamente. A Figura 18 mostra que não há grandes diferenças no peso das diferentes classes de dimensão.

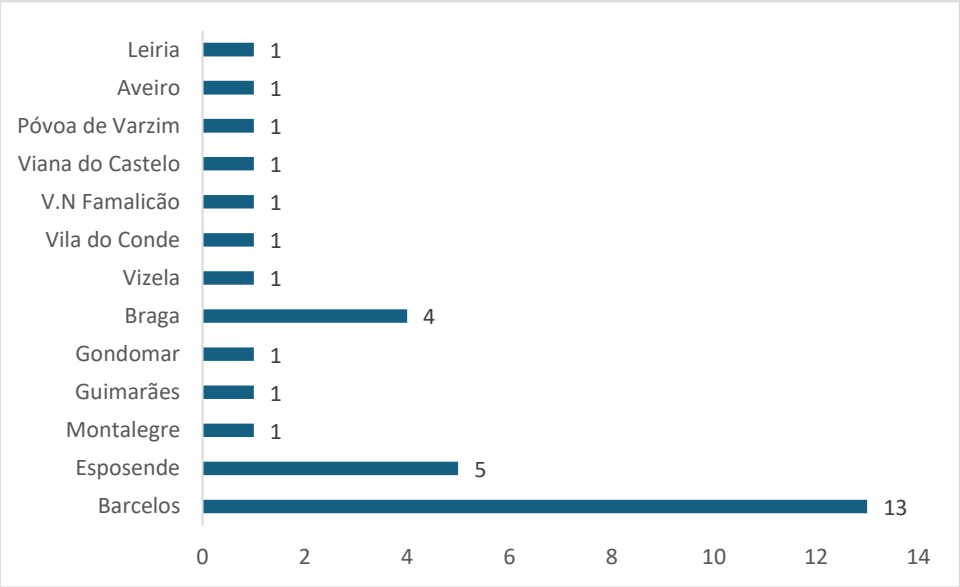
Figura 18 : Nº de empresas por dimensão



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Relativamente à distribuição geográfica, sendo a empresa Alfa uma empresa sediada em Barcelos, as empresas que se candidataram ao financiamento europeu têm sede na região (Figura 19). É possível verificar que mais de 40% das empresas estão sediadas em Barcelos.

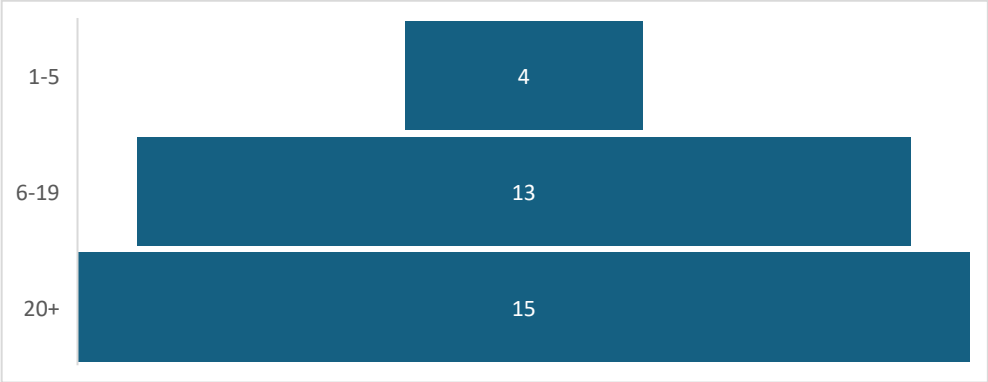
Figura 19 : Localização das empresas clientes do departamento de PI



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Em relação à antiguidade das empresas, verifica-se o predomínio de empresas adultas e maduras. As empresas jovens (1-5 anos), normalmente apontadas como as que enfrentam maiores restrições de financiamento e que mais necessitam de suporte para se expandirem no mercado, representam pouco mais de 12% das empresas que se candidataram a financiamento europeu (Figura 20). Mais uma vez, esta percentagem pode ser influenciada pelas características do universo de empresas que são clientes da empresa Alfa.

Figura 20 : Antiguidade das empresas clientes do departamento de PI



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

5.1.3 Perfil das empresas clientes do DPI por Programa / Linha de apoio / Tipologia de apoio

A análise dos dados evidencia, no geral, o predomínio de empresas a operar na indústria têxtil, refletindo a especialização produtiva característica da região Norte de Portugal, nomeadamente nos concelhos de Barcelos, Braga e Esposende. Em termos de dimensão, verifica-se um claro predomínio de pequenas empresas. Relativamente à idade, observa-se que a maioria das empresas são maduras apresentando mais de vinte anos de atividade.

Fazendo uma análise mais pormenorizada do perfil das empresas, de acordo com a linha de apoio e tipologia de apoio às quais se candidatam é possível perceber que o perfil é praticamente o mesmo em todos. No entanto, os beneficiários elegíveis, definidos em cada aviso, acaba por enviesar ligeiramente este "resultado".

No que diz respeito à tipologia de apoio "Descarbonização da Indústria" observa-se um perfil relativamente homogéneo de empresas, caracterizado por pequenas empresas (62,5%) e

médias empresas (37,5%), maioritariamente maduras (75%), com forte incidência no setor têxtil (62,5%). O aviso considera como beneficiárias, empresas que operam no setor da indústria extrativa e da indústria transformadora. No conjunto das empresas que submeteram candidatura, a maioria pertence ao setor da indústria têxtil, evidenciando a propensão deste setor para a melhoria dos seus processos produtivos, com vista à promoção da sustentabilidade e à redução das emissões de carbono. Este resultado está relacionado com o enquadramento do Plano de Ação para a Economia Circular, integrado no Pacto Ecológico Europeu, que promove a transição para modelos de produção mais sustentáveis e eficientes no uso de recursos. O setor têxtil é identificado como prioritário, sendo incentivada a adoção de práticas como o design para a circularidade, o aumento da durabilidade e reciclabilidade dos produtos e a implementação de instrumentos como o passaporte digital do produto, o que contribui para reforçar a pressão regulatória sobre as empresas e estimular o investimento em processos produtivos mais sustentáveis (European Commission, n.d.).

Relativamente à tipologia de apoio "Inovação Produtiva" (NORTE 2030) o perfil das empresas é mais diversificado, tanto ao nível setorial como em termos de maturidade. Isto pode justificar-se pelo facto de o aviso ser menos específico na definição dos beneficiários elegíveis. Contrariamente à tipologia de apoio "Descarbonização da Indústria", que se foca na indústria, este para além da indústria considera serviços. Destaca-se a predominância de empresas de média dimensão (57%) de diversos setores, nomeadamente hotelaria e turismo, indústria metalomecânica, saúde, equipamentos e indústria têxtil. Quanto à idade existe maior heterogeneidade, sendo 42% adultas.

No que diz respeito à tipologia "Linha IA nas PME" (Capitalização e Inovação Empresarial) verifica-se, igualmente uma diversidade setorial elevada, incluindo áreas como a informática, gestão de resíduos, indústria têxtil, saúde e indústria metalomecânica. Este perfil é composto por médias empresas (50%) na grande maioria adultas (75%).

Quanto à tipologia de apoio "Indústria 4.0" (Empresas 4.0) há uma forte concentração em empresas industriais (100%), particularmente no setor têxtil (60%), sendo estas essencialmente pequenas (50%) e médias (40%) empresas com elevado grau de maturidade (60%). Este perfil é coerente, com os beneficiários definidos no aviso, cuja atividade principal deve ser desenvolvida no setor da indústria, nomeadamente indústria extrativa e indústria transformadora, destacando-se, neste caso a indústria transformadora.

Já a tipologia de apoio "Coaching 4.0" (Empresas 4.0), contrariamente à tipologia anterior, apresenta uma maior representatividade de microempresas (44%), incluindo setores dos serviços, como as atividades jurídicas e a saúde. Ainda assim, a persistente predominância da indústria têxtil (56%) demonstra a forte presença deste setor no conjunto das empresas acompanhadas. Quanto à idade, a maioria são empresas adultas.

Por fim, não é possível traçar um perfil para a linha de apoio COMPETE 2030, uma vez que as três candidaturas relativas a esta linha foram submetidas a tipologias de apoio diferentes pelo que não existe um perfil padrão.

A análise comparativa das diferentes linhas de financiamento permite concluir que existem distinções relevantes no perfil das empresas apoiadas, ainda que se verifiquem alguns elementos transversais, nomeadamente a predominância do setor têxtil e de empresas com um grau de maturidade assinalável. Além disso, o facto do perfil das empresas que se candidatam a linhas do programa PRR ser idêntico ao perfil "geral" das empresas do DPI pode justificar-se pelo facto de se ter submetido um maior número de candidaturas ao PRR comparativamente com o PT2030.

Embora a análise realizada incida maioritariamente sobre empresas do setor industrial, em particular da indústria transformadora, é possível inferir diferenças relevantes na procura de linhas de apoio em função do setor de atividade. As tipologias associadas à Inovação Produtiva, Indústria 4.0 e à Descarbonização da Indústria apresentam uma maior adequação às empresas industriais, uma vez que incidem diretamente sobre a transformação de processos produtivos e a eficiência energética. Por outro lado, programas como a linha Empresas 4.0, Coaching 4.0 ou IA nas PME assumem um caráter mais transversal, sendo mais procurados por empresas de serviços, dado o seu foco na digitalização, inovação organizacional e tecnológica. Esta distinção contribui para explicar as diferenças observadas no perfil das empresas candidatas, na medida em que as tipologias mais abrangentes tendem a atrair empresas de menor dimensão e, potencialmente, mais jovens, enquanto as linhas orientadas para a indústria estão, em geral, associadas a empresas com maior grau de maturidade e estrutura organizacional mais consolidada, atendendo às exigências inerentes à transformação de processos produtivos.

Neste sentido, ainda que a amostra analisada não permita uma comparação direta entre setores, os resultados sugerem que a distribuição das tipologias de apoio varia consoante a atividade económica. Esta relação pode refletir não só diferentes necessidades de investimento, mas também os critérios de elegibilidade associados a cada tipologia.

5.2 Expectativas das empresas

5.2.1 Enquadramento

Os programas, linhas e respetivas tipologias de apoio são orientados para a promoção da inovação e da competitividade empresarial. A elegibilidade do investimento em inovação, além de assentar em investimentos tangíveis, como a aquisição de novos equipamentos, a digitalização de processos ou a adoção de tecnologias emergentes, pressupõe o aumento de capacidade, produtividade e competitividade da empresa. A legislação nacional exclui explicitamente como inovação certos investimentos de substituição ou meras melhorias marginais sem impacto significativo. A aquisição de tecnologia só constitui inovação quando integrada em mudanças organizacionais, produtivas ou estratégicas que gerem valor acrescentado (Diário da República, 2018; Sousa et al., 2018).

Os incentivos da UE são desenhados de forma a que as empresas sejam obrigadas a alcançar determinados objetivos no pós-projeto. As expectativas das empresas candidatas, aquando da submissão da candidatura a um programa, têm de estar alinhadas com estas metas estabelecidas pelas entidades públicas e decisores políticos.

Existe uma vasta literatura que aborda os efeitos dos subsídios em vários indicadores do desempenho das empresas. Relativamente ao emprego existe evidência de que as empresas que recorrem a apoios públicos, na forma de subsídios, geram mais emprego e apresentam um número mais elevado de postos de trabalho (Alexandre, 2021; Bernini & Pellegrini, 2011; Bondonio et al., 2016; Cerqua & Pellegrini, 2014; Mamede et al., 2015; Martins, 2021; Rita & Silva, 2023).

Especificamente no âmbito do programa COMPETE, Cabral & Campos (2023) referem que, no respeitante ao contributo dos incentivos à inovação para a criação de emprego, as empresas que obtiveram apoios apresentaram taxas superiores de emprego qualificado, comparativamente às não apoiadas.

Quanto ao volume de negócios, também se verificam melhores resultados em empresas candidatas, após receberem os subsídios (Cerqua & Pellegrini, 2014; Martins, 2021; Rita & Silva, 2023). No entanto, apesar de Cabral & Campos (2023) concordarem, as autoras acrescentam que já existia uma tendência de crescimento deste indicador, em períodos anteriores ao da candidatura.

Em relação à produtividade, os resultados apesentados pela literatura são controversos. Cerqua & Pellegrini (2014) indicam que não existe uma relação significativa entre a obtenção de um subsídio e a melhoria na produtividade. Contrariamente (Alexandre, 2021; Martins, 2021; Rita & Silva, 2023) indicam que existe uma associação positiva e significativa entre a produtividade e o apoio público.

Vários trabalhos (Alexandre, 2021; Cabral & Campos, 2023; Martins, 2021; Rita & Silva, 2023) reportam efeitos positivos e significativos dos subsídios no Valor Acrescentado Bruto. Por fim, em relação à intensidade exportadora, também são apresentados resultados positivos, mas não imediatos, dado que se trata de um processo demorado e longo, que exige aprendizagem (Alexandre, 2021; Cabral & Campos, 2023; Martins, 2021). Num estudo recente, Mamede et al. (2015) compararam entre empresas subsidiadas e empresas que não obtiveram apoio, concluindo de que a capacidade de uma empresa se manter no mercado e sobreviver às mudanças que nele ocorrem, aumenta com a ajuda dos subsídios.

Vários estudos descrevem ainda os impactos dos subsídios nas atividades relacionadas com a inovação. De acordo com Bronzini & Piselli (2016), as empresas que beneficiaram de subvenções, aumentaram o pedido de patentes – acordo que garante exclusividade e proteção de uma criação/ inovação – o que está diretamente relacionado com a inovação. Foreman-Peck (2013) indica que as inovações introduzidas com a ajuda dos subsídios aumentam significativamente as receitas das PMEs, mas Radas et al. (2015) indicam que há um aumento das vendas, mas não se verifica um número mais elevado de inovações, pelo que concluem que os subsídios contribuem para a qualidade e não para a quantidade de inovações.

Radas et al., (2015) mostram também que empresas que obtém subsídios aumentam significativamente as suas atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e a colaboração com instituições de investigação. Foreman-Peck (2013) considera que os subsídios à inovação podem ser bastante úteis, principalmente para as PMEs, que apresentam algumas dificuldades na capacidade de investimento. Contudo, o sucesso da aplicação de um subsídio depende da forma como a empresa gere o financiamento obtido. Caso esse processo seja mal realizado, pode criar uma dependência, o que é negativo para as empresas, uma vez que deixam de ter capacidade de suportar custos sem apoio.

O Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência, instrumentos de política pública de apoio à inovação e orientados para a promoção da transição digital, climática e da

competitividade empresarial definem critérios claros e exigentes quanto à natureza inovadora dos projetos. No entanto, a análise dos diferentes instrumentos dos programas de financiamento europeus permite concluir que o conceito de inovação não é uniforme, assumindo naturezas distintas consoante os objetivos específicos de cada tipologia de apoio. De forma geral, a inovação pode manifestar-se sob diferentes dimensões — tecnológica, organizacional, comercial ou ambiental, sendo que, na prática, muitos dos apoios não se centram na introdução de inovação radical, mas antes na modernização, adaptação e reforço da competitividade das empresas (OECD, 2023; OECD & Eurostat, 2018).

No âmbito do COMPETE 2030, as diferentes tipologias de apoio refletem diferentes níveis e formas de inovação. A Qualificação das PME promove essencialmente uma inovação de natureza organizacional e estratégica, através do reforço de competências internas, da digitalização de processos e da melhoria dos modelos de gestão. Trata-se de uma inovação intangível, que não altera diretamente o processo produtivo, mas que contribui para aumentar a eficiência e a capacidade de resposta das empresas ao mercado (COMPETE 2030, 2024). Por outro lado, a Inovação Produtiva centra-se na introdução de novos produtos, serviços ou processos produtivos, ou na melhoria significativa dos existentes, implicando frequentemente investimento em tecnologia e equipamentos, sendo este tipo de inovação fortemente associado ao aumento da competitividade da empresa (COMPETE 2030 & NORTE 2030, 2025). A Descarbonização das Empresas requer a introdução de inovação de natureza ambiental, focada na adoção de soluções que permitam reduzir emissões e melhorar a eficiência energética, sendo frequentemente baseada na integração de tecnologias existentes em novos contextos produtivos, mais do que na criação de novas soluções tecnológicas, em linha com os objetivos da política europeia de transição climática (COMPETE 2030, 2025).

Uma lógica semelhante pode ser observada no NORTE 2030, embora com uma maior ênfase na dimensão territorial e na sustentabilidade. A Inovação Produtiva mantém-se como um instrumento de modernização tecnológica e aumento da capacidade produtiva, enquanto a Economia Circular introduz uma inovação de carácter sistémico, baseada na reconfiguração dos modelos de produção e consumo, promovendo a eficiência no uso de recursos e a redução de desperdícios (NORTE 2030, 2024c). Por sua vez, os Incentivos Territoriais não se focam diretamente na inovação tecnológica, mas antes na adaptação dos projetos às especificidades regionais, promovendo uma inovação contextual e a criação de emprego no contexto económico local (NORTE 2030, 2024b). Finalmente, a tipologia de Contratação de Recursos Humanos

Altamente Qualificados visa uma inovação baseada no conhecimento, na medida em que a incorporação de capital humano qualificado potencia a capacidade das empresas para desenvolver e absorver novas tecnologias e práticas organizacionais, sendo este um fator determinante para a capacidade de inovação das empresas (NORTE 2030, 2024a).

No caso da linha Empresas 4.0, a inovação assume predominantemente uma dimensão digital. O *Coaching 4.0* promove uma inovação estratégica, centrada na definição e implementação de processos de transformação digital (PRR, 2025a). Na mesma linha, a Indústria 4.0 requer inovação tecnológica baseada na automação e digitalização dos sistemas produtivos (PRR, 2025b) . A Internacionalização via *e-commerce* apoia a inovação ao nível dos canais de comercialização, permitindo às empresas aceder a novos mercados através de plataformas digitais, configurando uma inovação de natureza comercial (PRR, 2024). Por sua vez, o Voucher para *Startups* distingue-se por apoiar empresas em fases iniciais, promovendo frequentemente formas de inovação mais experimentais e potencialmente disruptivas, associadas ao desenvolvimento de novos produtos e modelos de negócio (PRR, 2025d).

A linha de Capitalização e Inovação Empresarial, através da tipologia IA nas PME, introduz uma vertente de inovação tecnológica avançada, centrada na integração de soluções de inteligência artificial nos processos empresariais (PRR, 2025c). Esta tipologia apresenta um potencial transformador significativo, na medida em que pode alterar não apenas os processos operacionais, mas também os mecanismos de tomada de decisão e criação de valor nas empresas, refletindo a crescente relevância das tecnologias digitais avançadas no contexto empresarial (OECD, 2023).

Por fim, no âmbito da Descarbonização da Indústria, as tipologias de apoio implicam uma inovação de natureza predominantemente ambiental e incremental. A Descarbonização da Indústria foca-se na transformação dos processos produtivos com vista à redução de emissões, enquanto a Eficiência Energética de Edifícios incide na otimização do consumo energético. Em ambos os casos, a inovação não resulta necessariamente da criação de novas tecnologias, mas sim da adoção e implementação de soluções mais eficientes e sustentáveis, alinhadas com os objetivos da transição climática e energética europeia (PRR, 2022a, 2022b).

5.2.2 Expectativas das empresas que se candidataram a fundos europeus entre 2022 e 2025

As tipologias de apoio em análise consideram uma elevada diversidade de objetivos estratégicos definidos para garantir o cumprimento de metas específicas ao longo de todo o período de vigência dos programas. Os avisos de candidatura traduzem esses objetivos estratégicos em requisitos concretos que orientam a estruturação dos projetos.

Importa salientar que, em muitos casos, os requisitos mínimos definidos nos avisos de candidatura já assumem um grau de exigência considerável. Estes avisos estabelecem condições técnicas, financeiras e estratégicas que obrigam as empresas a estruturar projetos com níveis elevados de ambição e evolução esperada. Assim, mesmo quando as empresas se propõem apenas a cumprir os requisitos mínimos formais, tal cumprimento pode, por si só, representar um esforço significativo em termos de planeamento, investimento e capacidade organizacional.

Paralelamente, existem avisos que não se limitam à definição de limiares mínimos, prevendo antes intervalos de desempenho ou metas graduais, cuja concretização influencia diretamente a pontuação obtida no critério de mérito do projeto. Nestes casos, a ambição do projeto torna-se um fator estratégico, na medida em que níveis superiores de desempenho, por exemplo, em indicadores de inovação, internacionalização, sustentabilidade ou criação de emprego qualificado podem traduzir-se numa classificação mais elevada e, consequentemente, numa maior probabilidade de aprovação e financiamento.

No que concerne ao Mérito do Projeto (MP), verifica-se que, aquando da aprovação das candidaturas, é emitido um parecer técnico no qual consta a pontuação final atribuída. Regra geral, o MP encontra-se incluído neste documento, contudo, a sua apresentação não é obrigatória em todas as tipologias de apoio, como se observa no caso específico da medida "Descarbonização da Indústria".

Com base na análise dos valores de MP disponíveis para as candidaturas aprovadas, constata-se que a média se situa em torno de 4 pontos. Este valor posiciona-se acima do limiar mínimo exigido para aprovação, fixado em 3 pontos, evidenciando, assim, que as empresas colocam as suas expectativas num patamar mais alto.

Ao longo do estágio foi possível verificar situações em que a decisão de candidatura e o grau de ambição assumido resultam de uma combinação de fatores, designadamente a

capacidade financeira da empresa, o risco associado ao investimento, o enquadramento estratégico interno e as condições específicas do aviso. Assim, algumas empresas optam por uma abordagem mais prudente, alinhada com os mínimos exigidos, enquanto outras procuram diferenciar-se através de propostas mais ousadas e competitivas, visando maximizar a pontuação no mérito do projeto.

Caso as empresas não cumpram com as metas estabelecidas que fundamentaram a avaliação do Mérito do Projeto e a consequente aprovação da candidatura, poderá ser exigida a restituição parcial ou total do financiamento atribuído. Esta penalização está definida no aviso de cada tipologia de apoio.

Descarbonização da Indústria

Quando as empresas se candidatam ao apoio "Descarbonização da Indústria", têm de cumprir os objetivos definidos no Aviso, orientados para as questões da transição climática e sustentabilidade. Especificamente, impõe-se a redução do consumo energético e das emissões gases com efeito de estufa (GEE), mas não se definem uma percentagem mínima para essa redução. Os investimentos elegíveis para alcançar estes objetivos incluem, por exemplo, a modernização dos processos produtivos e a melhoria da sua eficiência energética, de forma a comprovadamente permitirem a redução dos consumos e emissões.

No âmbito do aviso relativo à descarbonização da indústria, os critérios de avaliação contemplam, entre outros, os indicadores C1 – Emissões e C4 – Redução de consumos, os quais visam quantificar o desempenho ambiental dos projetos candidatos. O critério C1 avalia a redução de emissões de gases com efeito de estufa (eletricidade e combustíveis), atribuindo-se uma pontuação de 1 a projetos cuja redução seja inferior a 30% e de 5 a projetos que atinjam ou superem uma redução de 30%. De forma análoga, o critério C4 incide sobre a diminuição dos consumos energéticos, considerando os consumos evitados de eletricidade e combustíveis face ao período de referência (ano pré-candidatura). Neste caso, é atribuída uma pontuação de 1 para reduções inferiores a 30% e de 5 para reduções iguais ou superiores a esse limiar. O prazo de execução dos projetos é de 24 meses, prevendo-se que as metas definidas sejam alcançadas no ano cruzeiro, ou seja, após a conclusão física e financeira, em que o projeto atinge o seu pleno funcionamento e capacidade produtiva normal.

Tabela 6 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo de Descarbonização da Indústria

				RESULTADOS ESPERADOS	
EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO	IDADE	% DE REDUÇÃO DE CONSUMO ENERGÉTICO	% DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITOS DE ESTUFA
Empresa 7	Indústria de Papel	Pequena	20+	34,78%	33,57%
Empresa 8	Turismo, Hotelaria e Restauração	Pequena	6-19	44,08%	38,03%
Empresa 10	Indústria Têxtil	Pequena	20+	89,87%	89,86%
Empresa 13	Indústria Metalomecânica e Metais	Média	20+	30,94%	30,94%
Empresa 16	Indústria Têxtil	Média	6-19	37,98%	39,45%
Empresa 26	Indústria Têxtil	Pequena	20+	30,93%	30,33%
Empresa 27	Indústria Têxtil	Pequena	20+	34,87%	30,40%
Empresa 32	Indústria Têxtil	Média	20+	41,21%	30,46%

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

A Tabela 6 mostra que as empresas esperam obter reduções do consumo de energia entre 31% e 90% (média de 44%). As expectativas relativas à diminuição de emissões de GEE são ligeiramente mais modestas (média de 41%). No entanto, estas médias estão influenciadas pelas expectativas da empresa 10, uma empresa que opera no setor Têxtil com mais de 30 anos de atividade, que espera obter reduções de consumo energético e de emissão de gases de cerca de 90%. Isto indica que o projeto de investimento prevê uma transformação profunda do processo produtivo.

As restantes empresas preveem reduções menos significativas, mas igualmente expressivas, compreendidas entre os 30% e os 50% para ambos os indicadores. As metas projetadas pelas empresas no momento da candidatura revelam expectativas moderadas quanto ao impacto dos projetos, no entanto todas consideram valores que permitam ao projeto uma atribuição de no mínimo 4 pontos, num máximo de 5 relativamente ao Mérito, de forma a aumentarem as possibilidades de serem financiadas.

Incentivos Territoriais

Quando as empresas se candidatam aos Incentivos Territoriais, devem demonstrar que os projetos propostos contribuem para a promoção do desenvolvimento económico e para o reforço da coesão territorial das regiões onde se inserem, em conformidade com as prioridades estabelecidas no respetivo aviso. Esta tipologia de apoio assume um âmbito territorial delimitado ao nível das NUTS III, sendo, por isso, operacionalizada através de avisos específicos para cada

região, ajustados às respetivas dinâmicas e necessidades de desenvolvimento. A avaliação das candidaturas é realizada com base em indicadores como a taxa de variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB), o número de Recursos Humanos (RH) e o Volume de Negócios (Tabela 7).

Das duas empresas clientes do DPI que submeteram candidatura aos Incentivos Territoriais, a empresa 21 candidatou-se ao sistema de incentivo do Alto Minho, dado a sua localização ser em Viana do Castelo e a empresa 26 candidatou-se ao sistema de incentivo do Cávado, uma vez que é de Barcelos. Apesar de se candidatarem à mesma tipologia de apoio, sendo de regiões diferentes, os avisos definem critérios diversos no que diz respeito aos beneficiários elegíveis. A Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado apresenta uma abordagem mais seletiva e industrializada, privilegiando sobretudo atividades transformadoras e de maior intensidade tecnológica ou industrial, como a fabricação de equipamentos informáticos, têxteis, vestuário e produtos metálicos (CAE 13, 14, 25 e 26), além de incluir o alojamento apenas em condições muito restritivas associadas a territórios de baixa densidade e requalificação de unidades existentes. Já CIM do Alto Minho adota uma estratégia mais diversificada, integrando não só setores industriais, mas também um vasto conjunto de atividades dos serviços, comércio, construção e setores sociais, como energia, transportes, atividades imobiliárias, comércio a retalho em várias modalidades, educação, saúde e serviços pessoais, ainda que com algumas restrições territoriais e exceções específicas.

Apesar das divergências definidas nos critérios de elegibilidade, no que diz respeito aos beneficiários, quer a empresa 21, quer a empresa 26 operam no setor da indústria transformadora. Apesar de ambas serem empresas maduras, a Empresa 21 é uma microempresa, enquanto a Empresa 26 é uma pequena empresa (Tabela 7).

Tabela 7 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas aos Incentivos Territoriais

				RESULTADOS ESPERADOS		
EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO	IDADE	VARIAÇÃO DA TAXA DE VAB	CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO	VARIAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
Empresa 21	Indústria Metalomecânica e Metais	Microempresa	20+	2 p.p	2	55%
Empresa 26	Indústria Têxtil	Pequena	20+	1 p.p	1	29%

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Apesar de as duas empresas se candidatarem com base me avisos de âmbitos territoriais diferentes, os indicadores que influenciam o Mérito do Projeto (MP) são iguais. Este indicador

resulta da ponderação de dois critérios fundamentais: (i) a mais-valia socioeconómica e ambiental do projeto (A) e (ii) a eficácia e eficiência da operação (B), sendo calculado através da expressão MP = 0,5A + 0,5B. Para efeitos de elegibilidade, é exigido um limiar mínimo de MP igual ou superior a 3,00. Posteriormente, os projetos que cumprem este mínimo são hierarquizados por ordem decrescente da pontuação, até ao limite da dotação orçamental disponível. O critério A avalia o contributo do projeto para a competitividade económica, nomeadamente através do aumento do volume de negócios, da geração de valor acrescentado (VAB) e da sustentabilidade do emprego, bem como o seu alinhamento com objetivos de coesão territorial, sustentabilidade ambiental e prioridades estratégicas regionais (Tabela 8). Por sua vez, o critério B incide sobre a qualidade da implementação do projeto, analisando a coerência do investimento, a eficiência na afetação de recursos e a capacidade de concretização dos resultados propostos.

Tabela 8 : Pontuação do Critério A

Pontuação	Variação do Volume Negócios	Variação da taxa de VAB	Emprego
5	>= 10%	5,0 p.p	Mantém todos os postos existentes
3	5%-10%	0 e 5,0 p.p	Mantém 50% dos postos existentes
1	<5%	<=0 p.p	Mantém menos de 50% do postos existentes

Fonte: Elaboração própria com base na documentação relativa ao aviso

Deste modo, a aprovação não depende apenas do cumprimento de um valor mínimo, mas também da posição relativa do projeto face às restantes candidaturas, refletindo uma lógica concorrencial baseada na qualidade e impacto esperado dos investimentos. O prazo de execução dos projetos é de 24 meses.

Ambas as empresas apresentam perspetivas de crescimento em todos os indicadores. A empresa 21, que opera na indústria metalomecânica, projeta um aumento do VAB na ordem dos 55%. A empresa 26, a operar no setor têxtil, estima um crescimento do VAB mais modesto, na ordem dos 33% (Tabela 7). No Valor Bruto de Produção (VBP), as empresas reportam expectativas de crescimento de cerca de 50% na empresa 21 e de cerca de 29% na empresa 26. Isto permite concluir que existe uma variação esperada da taxa de VAB de 1 p.p. na empresa 21 e 2 p.p. na empresa 26, o que equivale a uma atribuição de 3 pontos neste indicador, para cada uma das empresas. Esta variação da taxa de VAB resulta da comparação entre a proporção do VAB face ao VBP antes e após a realização do projeto de investimento.

As expectativas relativas à criação de emprego são muito modestas. A empresa 21 prevê a criação de 2 postos de trabalho, em relação aos 7 já existentes e a empresa 26 apenas 1 em relação aos 22 que já existam. Isto deve-se ao facto de o aviso não requerer um aumento do número de postos de trabalho, mas sim a manutenção dos mesmos (Tabela 8).

No que concerne ao volume de negócios a empresa 21 projeta um crescimento de 55% e a empresa 26 prevê um aumento de 29% (Tabela 7).

De forma global, os resultados projetados garantem uma pontuação máxima no MP, em todos os indicadores exceto na variação da taxa de VAB.

Inovação Produtiva

Os avisos de Inovação Produtiva têm como objetivos centrais o reforço da competitividade das empresas através do aumento da capacidade produtiva, da incorporação de inovação tecnológica e organizacional, da criação de emprego, em particular qualificado, bem como da promoção da internacionalização e da transição energética. Nesta tipologia, para efeitos de avaliação do projeto, são considerados apenas os dois indicadores nos quais a empresa prevê apresentar melhores resultados.

Das sete empresas que submeteram candidatura ao Sistema de Incentivo (SI) à Inovação Produtiva, apenas se realizaram planos de negócio para três casos, uma vez que em função do montante/dimensão do investimento que se pretende realizar, nem sempre é necessário a realização de uma projeção financeira dos resultados esperados.

Das três empresas consideradas e para as quais foi desenvolvida a análise das expectativas, todas operam em subsetores diferentes da indústria transformadora (Tabela 9).

No âmbito do SI à Inovação Produtiva, a seleção das candidaturas está dependente do cumprimento dos requisitos de elegibilidade definidos no aviso e da avaliação do seu mérito.

O MP é calculado através da ponderação de quatro critérios fundamentais: (i) a adequação do projeto à estratégia (A), (ii) a qualidade da proposta (B), (iii) a capacidade de execução (C) e (iv) o impacto do projeto (D), de acordo com a expressão: MP = 0,2A + 0,3B + 0,1C + 0,4D. Cada um destes critérios é pontuado numa escala de 1 a 5 valores, sendo o resultado arredondado às centésimas, onde:

1. Muito insuficiente: o critério de seleção não é endereçado de forma adequada;
2. Insuficiente: a candidatura endereça de forma geral o critério de seleção, existindo debilidades significativas;
3. Suficiente: a candidatura endereça o critério de seleção com qualidade, com debilidades moderadas;
4. A candidatura endereça o critério de seleção com elevada qualidade, com debilidades pontuais;
5. Muito bom: a candidatura endereça todos os aspetos relevantes do critério de seleção, não existindo debilidades de relevo a registar.

Para efeitos de elegibilidade, as candidaturas devem obter uma pontuação mínima global de MP igual ou superior a 3,00, bem como cumprir limiares mínimos por critério, nomeadamente: 2,00 no critério A, 3,00 no critério B, e 2,00 nos critérios C e D.

O critério A avalia o grau de alinhamento do projeto com as prioridades estratégicas e objetivos do programa, enquanto o critério B incide sobre a qualidade técnica e a coerência da proposta apresentada. O critério C analisa a capacidade do promotor para executar o projeto, considerando os recursos disponíveis e a robustez do plano de implementação. Finalmente, o critério D mede o impacto esperado da operação, nomeadamente ao nível da competitividade, criação de emprego, inovação e contributo para a economia.

Após a verificação da elegibilidade e da avaliação do mérito absoluto, as candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente do MP (mérito relativo), sendo selecionadas até ao limite da dotação orçamental disponível em cada fase do concurso. O prazo de execução é de 24 meses, pelo que se espera que as expectativas se traduzam em resultados no ano cruzeiro.

Tabela 9 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo de Inovação Produtiva

				RESULTADOS ESPERADOS						
EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO	IDADE	VARIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO	CRIAÇÃO DE EMPREGO	CRIAÇÃO EMPREGO QUALIFICADO	VARIAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS	VOLUME DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL (peso exportador)	% DE REDUÇÃO DE CONSUMO ENERGÉTICO	% DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITOS DE ESTUFA
Empresa 3	Indústria Metalomecânica e Metais	Média	6-19	69%	14	7	58%	97,70%	34,00%	34,00%
Empresa 12	Indústria Têxtil	Pequena	1-5	33%	8	NA	23%	83,00%	NA	NA
Empresa 22	Indústria de Máquinas e Equipamentos	Média	6-19	144%	5	1	125%	28,00%	NA	NA

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

No que respeita ao Valor Acrescentado Bruto (VAB), todas as empresas apresentam perspetivas de crescimento, que variam entre os 33% da empresa 12 e os 144% da empresa 22. Em média, as três empresas esperam obter aumentos do VAB de 82% com a implementação dos respetivos projetos de investimento, evidenciando expectativas particularmente ambiciosas quanto ao impacto do investimento neste indicador de desempenho económico (Tabela 9).

Relativamente ao volume de negócios, observa-se a Empresa 12 prevê um aumento de 23%, a Empresa 3 projeta um crescimento de 58% e a Empresa 22 apresenta uma expectativa de crescimento de 125%. Em média, as três empresas esperam um crescimento do VN de 68% (Tabela 9).

No que concerne ao emprego, não é imposto um número mínimo obrigatório de postos de trabalho criados. Verifica-se que, no conjunto, as empresas esperam criar 27 postos de trabalho, do quais apenas 8 correspondem a postos de trabalho qualificado. A Empresa 3 destaca-se ao prever a criação de 14 postos de trabalho, dos quais 7 qualificados, evidenciando uma forte aposta na valorização do capital humano (Tabela 9).

No domínio da internacionalização, as empresas apresentam níveis distintos de orientação para os mercados externos. Os aumentos projetados para o peso das exportações são relativamente modestos variando entre 1,1 p.p. da Empresa 3, que já evidenciava uma forte presença internacional, via exportações e os 4 p.p. da Empresa 22 (a menos internacionalizada).

Por fim, no que respeita à dimensão ambiental, apenas a Empresa 3 apresenta metas explícitas neste domínio, prevendo uma redução de 34% no consumo energético e nas emissões

de gases com efeito de estufa, o que demonstra a integração de objetivos de sustentabilidade no projeto de investimento.

Globalmente, os resultados projetados evidenciam que os investimentos previstos pelas três empresas se orientam para o aumento da produtividade, reforço da capacidade produtiva, criação de emprego e melhoria do desempenho económico, objetivos que se encontram alinhados com a lógica de intervenção dos avisos de Inovação Produtiva.

IA nas PME

A Linha IA nas PME tem como principal objetivo incentivar a adoção de soluções baseadas em inteligência artificial nas empresas, promovendo ganhos de eficiência, melhoria dos processos produtivos e reforço da competitividade. No âmbito deste aviso, a análise incide sobre um conjunto de empresas que apresentaram projetos com impacto esperado em indicadores como o Valor Acrescentado Bruto (VAB), o volume de negócios e a criação de emprego (Tabela 10).

Das nove candidaturas realizadas no âmbito da Linha IA na PME, são apenas consideradas as candidaturas das empresas clientes, desconsiderando-se a candidatura da própria empresa Alfa para esta tipologia de apoio (Tabela 10).

Tabela 10 : Setor e expectativas das empresas clientes do DPI que apresentaram candidaturas ao incentivo "Linha IA nas PME"

				RESULTADOS ESPERADOS			
EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO	IDADE	VARIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO	CRIAÇÃO DE EMPREGO	CRIAÇÃO EMPREGO QUALIFICADO	VOLUME DE NEGÓCIOS
Empresa 3	Indústria Metalomecânica e Metais	Média	6-19	24%	1	1	21%
Empresa 4	Saúde	Pequena	6-19	8%	1	1	17%
Empresa 5	Indústria Têxtil	Pequena	6-19	16%	1	1	13%
Empresa 9	Indústria de Gestão de Resíduos	Pequena	6-19	29%	1	1	17%
Empresa 11	Indústria Metalomecânica e Metais	Média	20+	8%	1	1	9%
Empresa 16	Indústria Têxtil	Média	6-19	16%	2	2	8%
Empresa 18	Informática	Microempresa	6-19	33%	1	1	20%
Empresa 20	Indústria Têxtil	Média	20+	5%	1	0	9%

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Tabela 11 : Pontuação do critério B (criação de postos de trabalho)

Micro e Pequena empresa	Média empresa	Pontuação
0	0	1
1	1-2	3
>=2	<=3	5

Fonte: Elaboração própria com base na documentação relativa ao aviso

Tabela 12 : Pontuação do critério B (crescimento do VAB)

Micro e Pequena empresa	Média empresa	Pontuação
<2%	<5%	2
>=2 a >10%	>5% a >15%	4
>=10%	>=15 %	5

Fonte: Elaboração própria com base na documentação relativa ao aviso

No âmbito deste aviso os critérios de avaliação contemplam, entre outros, os indicadores A - Qualidade e relevância do projeto face aos objetivos da medida e B - Contributo do projeto para a economia nacional. O critério B engloba dois indicadores: a criação de postos de trabalho e o crescimento do VAB, considerando a seguinte atribuição de pontuação, respetivamente (Tabelas 11 e 12).

A metodologia de cálculo para seleção das candidaturas é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula: MP = 0,50A + 0,50B. Para efeitos de seleção e de hierarquização, consideram-se elegíveis os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00. O prazo de execução dos projetos é de 24 meses. Se, na verificação final, se concluir que a empresa não executou o projeto conforme aprovado ou não cumpriu as obrigações e condicionantes definidas, o incentivo pode ser reduzido, suspenso ou não pago na totalidade, sendo o saldo final ajustado aos investimentos efetivamente comprovados e elegíveis.

Em média, as empresas reportam aumentos esperados de 14% nas vendas e de 17% no VAB. Em termos de emprego, em média, as empresas esperam criar 1 posto de trabalho (total) sendo todos eles qualificados, exceto o da empresa 20 (Tabela 10).

No que respeita ao VAB, todas as empresas analisadas apresentam expectativas de crescimento após a implementação dos projetos. As projeções variam entre 5% e 33%, evidenciando impactos diferenciados na geração de valor económico. Destaca-se a Empresa 18, a mais pequena do universo das empresas que apresentaram candidaturas a esta linha de apoio, com um crescimento projetado de 33%, sugerindo um impacto particularmente significativo do investimento na criação de valor (Tabela 10).

Também a Empresa 9 apresenta um crescimento esperado relevante (29%), seguida da Empresa 3, com 24%. As restantes empresas apresentam aumentos esperados mais moderados, compreendidos entre 5% e 16%, refletindo ainda assim uma expectativa consistente de melhoria na capacidade de criação de valor decorrente da incorporação de novas soluções de IA.

Relativamente ao volume de negócios, tendências expectativas de crescimento situam-se entre 8% e 21%.

No que concerne ao emprego, verifica-se igualmente um contributo esperado dos projetos para a criação de postos de trabalho. De forma geral, as empresas preveem a criação de apenas um novo posto de trabalho. Destaca-se a Empresa 16, que projeta a criação de dois novos postos de trabalho qualificados, representando o aumento mais significativo neste indicador.

Tabela 13 : Variação da Produtividade das empresas

VAB P/ TRABALHADOR			
EMPRESA	ANTES	DEPOIS	VARIAÇÃO
Empresa 3	24 940,97 €	29 939,68 €	4 998,71 €
Empresa 4	48 277,44 €	42 678,45 €	- 5 598,99 €
Empresa 5	20 164,25 €	22 244,84 €	2 080,59 €
Empresa 9	24 632,88 €	28 448,79 €	3 815,91 €
Empresa 11	29 525,62 €	31 489,20 €	1 963,58 €
Empresa 16	28 540,82 €	31 474,77 €	2 933,95 €
Empresa 18	24 382,25 €	21 582,17 €	- 2 800,08 €
Empresa 20	85 568,76 €	87 728,05 €	2 159,30 €

VN P/ TRABALHADOR			
EMPRESA	ANTES	DEPOIS	VARIAÇÃO
Empresa 3	61 998,32 €	72 618,81 €	10 620,49 €
Empresa 4	68 667,78 €	65 665,55 €	- 3 002,23 €
Empresa 5	65 044,78 €	69 513,92 €	4 469,14 €
Empresa 9	86 635,53 €	90 989,11 €	4 353,58 €
Empresa 11	74 615,15 €	80 407,94 €	5 792,79 €
Empresa 16	87 735,06 €	90 672,59 €	2 937,53 €
Empresa 18	78 843,50 €	63 102,50 €	- 15 741,00 €
Empresa 20	395 082,92 €	420 469,00 €	25 386,08 €

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Relativamente aos ganhos na produtividade, apenas 75% das empresas estimam aumentos da produtividade com a implementação do projeto. Contudo, quer a empresa 4, quer a empresa 18 estimam uma variação negativa do VAB e do VN por trabalhador, o que pode indicar que o crescimento do VAB (e do VN) está subestimado face ao aumento de postos de trabalho, ou que a criação de postos de trabalho previstos não se traduzirá, numa fase inicial, concretamente durante os primeiros dois anos de execução dos projetos, num aumento imediato da produtividade. O impacto positivo no volume de negócios, decorrente da consolidação da capacidade produtiva e da eventual expansão da atividade, poderá eventualmente esperar-se mais tarde. Numa fase inicial de implementação do projeto, é expectável uma diminuição da rentabilidade, dado que os custos adicionais com a contratação de recursos humanos superam o acréscimo gerado no volume de negócios.

Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ)

Os Avisos de Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados têm como principal objetivo reforçar a capacidade das empresas para desenvolver atividades intensivas em conhecimento, promovendo a contratação de recursos humanos com competências científicas, tecnológicas e de gestão avançada, que promovam um impacto direto na inovação, produtividade e competitividade empresarial.

A empresa que submeteu candidatura opera na Indústria Têxtil, tendo mais de 20 anos de atividade (Tabela 14).

Tabela 14 : Setor e expectativas da empresa cliente do DPI que apresentou candidatura ao incentivo "Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados"

				RESULTADOS ESPERADOS			
EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	DIMENSÃO	IDADE	Nº POSTOS DE TRABALHO	Nº POSTOS DE TRABALHO QUALIFICADO	CRIAÇÃO DE EMPREGO	CRIAÇÃO EMPREGO QUALIFICADO
Empresa 32	Indústria Têxtil	Média	20+	NA	2	NA	2

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da empresa

Antes da implementação do projeto, a empresa não apresentava trabalhadores qualificados, o que condicionava a capacidade da empresa para desenvolver atividades de maior valor acrescentado e processos de inovação mais complexos. A expectativa após a execução do projeto apoiado, é de criação de dois postos de trabalho altamente qualificados, ou seja, contratação de profissionais com nível de qualificação igual ou superior a 6 (licenciatura). Como não indica o número total de trabalhadores, não é possível avaliar a importância desta variação positiva no emprego altamente qualificado. Apesar disso, esta variação é, por si só, um indicador relevante do impacto do incentivo (Tabela14).

As expectativas projetadas pelas empresas tendem a refletir não apenas os objetivos específicos de cada aviso, mas também o posicionamento estratégico das próprias empresas face às oportunidades de financiamento disponíveis. Enquanto alguns projetos evidenciam níveis de ambição mais elevados, com projeções de crescimento expressivas em indicadores de desempenho económico e/ou ambiental, outros apresentam metas mais moderadas e alinhadas com os mínimos requeridos para a obtenção do apoio público. Esta diversidade de expectativas sugere que os processos de candidatura resultam frequentemente de um equilíbrio entre o potencial de transformação associado ao investimento, a capacidade efetiva das empresas para o concretizar e os critérios de avaliação definidos nos avisos.

5.2.3 Incumprimento das expectativas definidas no momento da candidatura

Os avisos associados a cada tipologia de apoio definem um conjunto de indicadores destinados a avaliar a evolução e o desempenho das empresas após a implementação e execução dos respetivos projetos. Estes indicadores, apresentados em sede de candidatura, não assumem um caráter meramente indicativo ou declarativo, constituindo antes compromissos formais integrados nas obrigações contratuais do beneficiário e relevantes para a própria decisão de aprovação e atribuição do apoio.

Com o objetivo de evitar a definição de metas excessivamente otimistas por parte das empresas, que poderiam comprometer a credibilidade das candidaturas e influenciar indevidamente a aprovação e atribuição de financiamento, estes avisos estabelecem mecanismos de penalização em caso de incumprimento. Desta forma, procura-se assegurar que as expectativas apresentadas sejam realistas e sustentadas.

Neste contexto, o programa PT 2030 e o PRR adotam abordagens distintas relativamente ao incumprimento das metas definidas nas candidaturas. O PT 2030 apresenta um modelo mais complexo e detalhado, prevendo diferentes tipos de penalizações consoante a tipologia de apoio e o grau de incumprimento. Por sua vez, o PRR adota uma abordagem mais simplificada, assente essencialmente numa lógica binária de cumprimento ou incumprimento.

Em situações de não concretização das expectativas definidas, quer nas tipologias de apoio do PRR, que nas tipologias de apoio do PT 2030, poderão ser aplicadas medidas como a revogação total do apoio concedido ou a devolução parcial do financiamento atribuído.

No âmbito dos incentivos territoriais, tipologia de apoio disponibilizada pelo programa PT2030, a avaliação do cumprimento das expectativas definidas pelas empresas ocorre em dois momentos distintos.

Num primeiro momento, aquando do encerramento físico e financeiro da operação, é analisado o grau de realização do investimento apoiado, com base na execução física e financeira do projeto.

O valor total de financiamento contratado apenas se mantém no caso de o grau de realização do investimento apoiado ser de pelo menos 80%. Caso este limiar não seja alcançado são aplicadas taxas de penalização (Tabela 15).

Tabela 15 : Grau de cumprimento e penalização da taxa de financiamento da tipologia de apoio "Incentivo Territorial"

Grau de Cumprimento	Penalização da taxa de financiamento
] 80% - 70%]	0,5 p.p.
] 70% - 60%]	1,0 p.p.
] 60% - 50%]	1,5 p.p.
< 50%	2,0 p.p.

Fonte: Elaboração própria com base na documentação relativa ao aviso

Em situações mais críticas, nomeadamente quando o grau de realização é inferior a 40% e compromete os objetivos essenciais da operação, verifica-se a revogação do apoio concedido, ou seja, a devolução do apoio concedido.

Num segundo momento, ou seja, no ano pós-projeto que corresponde ao segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, a avaliação incide sobre os resultados alcançados, tendo por referência os indicadores definidos previamente, como o valor acrescentado bruto, o volume de negócios e a criação de emprego. O desempenho da operação é aferido através do cálculo do Resultado da Operação, que resulta da comparação entre os valores efetivamente alcançados e os valores contratualizados, sendo considerados os dois indicadores com melhor desempenho. A manutenção da intensidade de auxílio está condicionada a um nível mínimo de 80% deste resultado. A taxa de financiamento é reduzida em meio p.p. por cada dois p.p. abaixo do limiar definido de 80%, até ao máximo de três p.p. Tal como na fase de realização, situações de incumprimento grave, designadamente quando o resultado da operação é inferior a 40%, podem conduzir à revogação do apoio.

Adicionalmente, existe a possibilidade de revisão das metas inicialmente definidas, mediante solicitação do beneficiário, até ao momento de submissão do pedido de pagamento de saldo final e desde que se verifiquem circunstâncias inesperadas e não imputáveis à empresa. Ainda assim, este regime evidencia uma forte orientação para a responsabilização das entidades beneficiárias, assegurando que as expectativas definidas em sede de candidatura são realistas e que o financiamento público é atribuído em função de resultados efetivamente alcançados.

Tabela 16 : Grau de cumprimento e penalização da taxa de financiamento da tipologia de apoio "Inovação Produtiva"

Grau de Cumprimento	Penalização da taxa de financiamento
] 70% - 65%]	0,5 p.p.
] 65% - 60%]	1,0 p.p.
] 60% - 50%]	1,5 p.p.
< 50%	2,0 p.p.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Aviso

No caso dos incentivos de Inovação Produtiva é aplicada a mesma forma de avaliação de cumprimento, apenas diverge a percentagem atribuída ao grau de incumprimento (Tabela 16).

A manutenção da intensidade de auxílio está condicionada a um nível mínimo de 70% deste resultado. O desempenho da operação é aferido através do cálculo do Resultado da Operação, que resulta da comparação entre os valores efetivamente alcançados e os valores

contratualizados, sendo considerados apenas dois indicadores com melhor desempenho, dos quatro indicadores definidos.

No âmbito das tipologias de apoio Inovação Produtiva e Incentivos Territoriais a consideração exclusiva dos dois indicadores com melhor desempenho introduz uma dimensão estratégica na definição dos objetivos dos projetos. Neste contexto, as empresas tendem a privilegiar os indicadores cuja concretização apresenta maior previsibilidade e controlo, como o aumento da produtividade ou do volume de negócios, em detrimento de indicadores mais incertos ou dependentes de fatores externos, como a criação de emprego altamente qualificado ou a introdução de inovações de natureza mais disruptiva. Esta lógica revela uma orientação para a minimização do risco associado ao incumprimento, evidenciando que as empresas não procuram necessariamente maximizar o impacto transformador dos projetos, mas antes assegurar o cumprimento dos critérios exigidos para manutenção do apoio.

Na tipologia de apoio "Linha IA nas PME", financiada pelo PRR, e considerando o caráter mais simplificado deste programa, procede-se à verificação da percentagem de execução do projeto. Sempre que se constate que o projeto não se encontra no nível de desenvolvimento previsto, o montante de financiamento atribuído é ajustado em baixa, em função dos investimentos efetivamente realizados e devidamente comprovados.

6. Conclusões e Recomendações

A diversidade de programas e tipologias de apoio disponíveis, por um lado, permite uma maior adequação entre os objetivos dos projetos e os instrumentos de financiamento, possibilitando às empresas selecionar os apoios que melhor se ajustam às suas necessidades específicas. Por outro lado, esta multiplicidade de programas introduz um grau adicional de complexidade no processo de candidatura, exigindo um conhecimento técnico aprofundado dos critérios de elegibilidade, dos requisitos formais e dos mecanismos de avaliação.

Neste contexto, empresas com menor capacidade técnica ou menor acesso a serviços especializados poderão enfrentar maiores dificuldades no processo de candidatura, o que pode contribuir para assimetrias no acesso aos incentivos. Assim, a diversidade de instrumentos, embora seja positiva do ponto de vista da abrangência e da flexibilidade, pode simultaneamente constituir uma barreira à participação de algumas empresas. Em contrapartida, este contexto cria oportunidades para as empresas de consultadoria com conhecimento especializado nesse domínio, como é o caso da empresa que acolheu o estágio curricular, cujo papel se revela particularmente relevante no apoio à elaboração, submissão e acompanhamento das candidaturas.

A limitação de recursos próprios e as dificuldades de acesso a financiamento externo fazem com que os incentivos públicos sejam, em muitos casos, um elemento essencial na concretização de projetos de maior dimensão. Neste contexto, a combinação de capitais próprios, financiamento bancário e fundos europeus pode contribuir para mitigar o risco financeiro e viabilizar estratégias de crescimento.

Os resultados da análise e a experiência prática sugerem que o recurso aos incentivos públicos não decorre, na maioria dos casos, de uma lógica puramente oportunista, mas antes da existência de estratégias de investimento previamente definidas. O facto de várias empresas apresentarem candidaturas de forma recorrente ao longo do período analisado indicia uma utilização estruturada e contínua dos instrumentos de financiamento disponíveis. Contudo, é importante salientar que esta perceção resulta de uma análise baseada numa amostra reduzida e não representativa, pelo que não pode ser extrapolada.

Ainda assim, no contexto analisado, importa reconhecer que os incentivos parecem desempenhar um papel determinante na viabilização desses investimentos, particularmente num enquadramento em que as empresas enfrentam restrições ao nível dos recursos próprios e do

acesso a financiamento externo. Neste sentido, os apoios públicos não são necessariamente o fator que origina o investimento, mas poderão influenciar a sua dimensão, o seu calendário de execução e, em alguns casos, a sua concretização.

No que diz respeito à caracterização das empresas do departamento de Projetos de Investimento da Empresa Alfa, verifica-se que têm um perfil relativamente homogéneo. São maioritariamente pequenas e médias empresas, a operar no setor da indústria transformadora - em particular na indústria têxtil – e localizadas predominantemente na região Norte de Portugal. Trata-se, em grande parte, de empresas maduras confrontadas com a necessidade de adaptação constante e de investir para se manterem competitivas.

Este perfil revela que, no contexto analisado, o recurso aos fundos europeus não é exclusivo de empresas emergentes ou em fase inicial, mas antes uma prática recorrente em empresas já estabelecidas, que procuram reforçar a sua posição no mercado. A evidência de que várias empresas apresentam múltiplas candidaturas ao longo do período analisado reforça esta ideia, sugerindo uma utilização estratégica e contínua programas europeus de financiamento disponíveis. Tal comportamento sugere que os incentivos são encarados não como oportunidades pontuais, mas como parte integrante de uma estratégia de investimento estruturada e de médio-longo prazo.

Relativamente às candidaturas analisadas, observa-se uma clara predominância dos programas associados ao Plano de Recuperação e Resiliência, em particular das tipologias relacionadas com a digitalização, como a linha Empresas 4.0. Este resultado evidencia o perfil predominante das empresas clientes do DPI, que operam essencialmente no setor da indústria transformadora, nomeadamente na indústria têxtil. Contudo, importa ressalvar que a distribuição das candidaturas depende igualmente da oferta de instrumentos de apoio disponível em cada período de análise. Neste sentido, a menor expressão de candidaturas em determinadas tipologias de apoio não traduz, necessariamente, um menor interesse por parte das empresas, mas antes ser consequência de critérios de elegibilidade mais restritivos.

No que concerne aos resultados das candidaturas, importa destacar que a taxa de aprovação, embora relevante, é acompanhada por uma percentagem significativa de indeferimentos. Contudo, na maioria dos casos, estes não decorrem de falhas técnicas ou de inadequação dos projetos, mas sim de limitações ao nível da dotação financeira dos programas. Este aspeto evidencia uma elevada procura por estes instrumentos de apoio, bem como a

existência de constrangimentos estruturais na capacidade de resposta dos sistemas de financiamento. Consequentemente, reforça-se a importância da rapidez e do rigor na preparação das candidaturas como fatores críticos de sucesso.

No que diz respeito às expectativas das empresas, os resultados indicam que os fundos europeus contribuem, de forma relevante, para o aumento do volume de negócios e da produtividade das empresas, bem como para o reforço da sua capacidade competitiva e para a melhoria do seu posicionamento no mercado, conforme os objetivos definidos pelos programas de apoio. Adicionalmente, surgem como expectativas relevantes a criação e a qualificação de emprego, bem como a adoção de práticas mais sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental como organizacional. Importa, contudo, sublinhar, que estas conclusões baseiam nas expectativas manifestadas pelas empresas no momento da candidatura e não na verificação *ex post* dos resultados alcançados.

Em diversas tipologias de apoio, o cumprimento parcial dos objetivos definidos na candidatura nem sempre implica a perda total do incentivo atribuído, o que pode induzir a uma sobreavaliação inicial das expectativas face aos indicadores definidos no aviso e aos critérios de avaliação do mérito absoluto das candidaturas.

Os avisos de candidatura, ao estabelecerem requisitos técnicos, financeiros e estratégicos exigentes, parecem desempenhar um papel determinante na estruturação dos projetos, influenciando diretamente a definição das expectativas das empresas plasmadas nos formulários de candidatura. A existência de limiares mínimos de execução poderá contribuir para atenuar o risco de penalização em situações de incumprimento parcial das metas contratualizadas, incentivando a adoção de comportamentos estratégicos por parte das empresas.

A análise desenvolvida baseia-se num conjunto específico de empresas com forte predominância do setor industrial e concentração geográfica na região Norte. Estas características não são necessariamente representativas da população, limitando a extrapolação direta dos resultados para outros contextos setoriais e regionais.

Ainda assim, estas conclusões assumem particular relevância para a empresa Alfa, na medida em que permitem aprofundar o conhecimento sobre o perfil e expectativas dos clientes do DPI e ajustar a sua atuação, contribuindo para uma maior eficácia na prestação de serviços e para

um melhor alinhamento entre as necessidades das empresas e as oportunidades de financiamento disponíveis.

Teria ainda sido interessante complementar esta análise com outras características das empresas, como a sua estrutura de capital, o nível de alavancagem financeira ou o crescimento passado, uma vez que estes elementos poderiam ajudar a compreender de forma mais abrangente os fatores associados ao recurso a fundos europeus e ao comportamento das empresas neste contexto.

O envolvimento em processos reais, incluindo o contacto com candidaturas indeferidas, permitiu desenvolver uma reflexão crítica sobre os principais fatores que tendem a condicionar o seu sucesso. Esta experiência evidenciou a importância de um acompanhamento técnico especializado, não apenas na fase de preparação inicial, mas também na adaptação contínua das candidaturas aos objetivos e critérios específicos de cada aviso, contribuindo para o reforço da sua qualidade técnica e consistência estratégica.

Para além da componente analítica, plasmada neste relatório, importa salientar o contributo operacional para a empresa no âmbito da preparação, elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas.

7. Referências

Agência para o desenvolvimento e Coesão. (2021, December 15). *FC Fundo de Coesão*. https://www.adcoesao.pt/glossario/fc-fundo-de-coesao/ Acesso em: 17 de março de 2026

Agência para o desenvolvimento e coesão. (2025). *Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações Volume 1*. https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/Relatorio-Sintese-das-Avaliacoes_VOLUME_1_27.05.2025.pdf Acesso em: 17 de março de 2026

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (n.d.). *Portugal 2030 Enquadramento*. Portugal 2030 Enquadramento. https://www.adcoesao.pt/fundos/pos-2020/enquadramento/ Acesso em: 2 de maio de 2025

Alexandre, F. (2021). *Avaliação dos incentivos financeiros às empresas em Portugal: QREN 13 (2007-2013) e PT2020 (2014-2018), Working Paper*. 10–130. https://hdl.handle.net/1822/73555t

Amandio, A. S. (2022). A Avaliação dos Fundos Europeus em Portugal. *Public Sciences & Policies 8(1)*. https://doi.org/10.33167/2184-0644.cpp2022.8.1.3

Autoridade de Gestão COMPETE 2030. (2023, June 26). *Carta de Missão*. https://compete2030.gov.pt/wp-content/uploads/2023/06/Carta-Missao-COMPETE-2030_Vs-26-jun-2023_Final_Publicada.pdf Acesso em: 10 de dezembro de 2025

Baleiras, R. (2009). *Caminhos para a política de Coesão 2014/2020*. https://hdl.handle.net/1822/12144

Banco Português do Fomento. (n.d.). *PRR - Banco Português de Fomento*. https://www.bpfomento.pt/pt/prr/ Acesso em: 16 de dezembro de 2025

Barbosa, N., & Silva, F. (2018). Public financial support and firm-specific characteristics: evidence from Portugal. *European Planning Studies*, *26*(4), 670–686. https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1417358

Bernini, C., & Pellegrini, G. (2011). How are growth and productivity in private firms affected by public subsidy? Evidence from a regional policy. *Regional Science and Urban Economics*, *41*(3), 253–265. https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2011.01.005

Bondonio, D., Fernandes, T. F., & Mamede, R. (2016). *Does EU Public Support to Firm Investments Boost High Quality Jobs? Evidence from Linked Employer-Employee Microdata and Natural-Experiment Conditions*. (DINAMIA_WP_2016-01). https://doi.org/10.15847/dinamiacet-iul.wp.2016.01

Bronzini, R., & Piselli, P. (2016). The impact of R&D subsidies on firm innovation. *Research Policy*, *45*(2), 442–457. https://doi.org/10.1016/j.respol.2015.10.008

Cabral, S., & Campos, M. M. (2023). *Fundos europeus e desempenho das empresas portuguesas*. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202301_pt.pdf Acesso em: 24 de abril de 2025

Capitalização e Inovação Empresarial. (n.d.). *Capitalização e Inovação Empresarial - Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal*. https://recuperarportugal.gov.pt/prr-resiliencia/capitalizacao-e-inovacao-empresarial/ Acesso em: 16 de dezembro de 2025

Cerqua, A., & Pellegrini, G. (2014). Do subsidies to private capital boost firms' growth? A multiple regression discontinuity design approach. *Journal of Public Economics*, *109*, 114–126. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2013.11.005

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2020). *Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia*. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/2021/CCDRN%202030-compactado.pdf Acesso em: 27 de novembro de 2025

Comissão Europeia. (n.d.). Financiamento, Subvenções e Subsídios Da União Europeia. https://european-union.europa.eu/live-work-study/funding-grants-subsidies_pt Acesso em: 2 de maio de 2025

Comissão Europeia. (2014). *Regulamento (UE) N.o 651/2014 da Comissão*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0651 Acesso em: 19 de março de 2026

Comissão Europeia. (2020). *Shaping Europe's Digital Future*. https://doi.org/10.2759/48191

Comissão Europeia. (2022b). *Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2022 Portugal*. https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi-portugal Acesso em: 26 de abril de 2026

Comissão Europeia. (2024). *European Structural and Investment Funds 2023 summary report of the annual programme implementation reports covering implementation in 2014-2020*. https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/reports/annual_2023/2023_Annual_Summary_Report.pdf Acesso em: 10 de março de 2026

Comissão Europeia, D.-G. da P. R. e U. (2025). *Flash Eurobarometer 563 - Citizens' awareness of EU regional policy*. https://doi.org/10.2776/1860985

Compete 2030. (n.d.). *Compete 2030*. Compete 2030. https://www.compete2030.gov.pt/ Acesso em: 3 de maio de 2025

COMPETE 2030. (2024). *SICE – Qualificação das PME– Operações Individuais*. SICE – Qualificação das PME– Operações Individuais https://compete2030.gov.pt/avisos/sice-qualificacao-das-pme-operacoes-individuais-mpr-2024-4/ Acesso em: 20 de março de 2026

COMPETE 2030. (2025). *Ações Coletivas – Descarbonização nas empresas*. https://compete2030.gov.pt/ Acesso em: 26 de abril de 2026

COMPETE 2030, & NORTE 2030. (2025). *SICE – Inovação Produtiva – Territórios Baixa Densidade*. https://www.compete2030.gov.pt/wp-content/uploads/2025/10/Rep.Aviso_MPR_2025_9_InovacaoProdutiva_Baixa-Dens_2025-10-09.pdfv Acesso em: 20 de março de 2026

Descarbonização da Indústria. (n.d.). *Descarbonização da Indústria - Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal*. https://recuperarportugal.gov.pt/transicao-climatica/descarbonizacao-da-industria/ Acesso em: 16 de dezembro de 2025

Diário da República. (2018). *Planeamento e Infraestruturas - Portaria n.º 316/2018*. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/12/23700/0566405728.pdf Acesso em: 19 de março de 2026

Direção-Geral da Investigação e Inovação (European Comission). (2023). *Painel Europeu da Inovação 2023 Síntese*. https://doi.org/10.2777/781

Empresas 4.0. (n.d.). *Empresas 4.0 - Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal*. https://recuperarportugal.gov.pt/transicao-digital/empresas-4-0/ Acesso em: 16 de dezembro de 2025

European Commission. (n.d.). *Circular Economy* . https://environment.ec.europa.eu/strategy/circular-economy_en Acesso em: 26 de março de 2026

Foreman-Peck, J. (2013). Effectiveness and efficiency of SME innovation policy. *Small Business Economics*, *41*(1), 55–70. https://doi.org/10.1007/s11187-012-9426-z

Hollanders, H., Es-Sadki, N., & Khalilova, A. (2022). *European Innovation Scoreboard 2022*. https://doi.org/10.27777/309907

Hollanders, Hugo. (2023). *European Innovation Scoreboard 2023*. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2777/119961

Mamede, R., Fernandes, T., & Silva, A. (2015). *Counterfactual impact evaluation of EU funded enterprise support in Portugal*. https://doi.org/10.15847/dinamiacet-iul.wp.2015.05

Martins, P. S. (2021). Employee training and firm performance: Evidence from ESF grant applications. *Labour Economics*, *72*. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2021.102056

Mina, A., Minin, A. Di, Martelli, I., Testa, G., & Santoleri, P. (2021). Public funding of innovation: Exploring applications and allocations of the European SME Instrument. *Research Policy*, *50*(1). https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104131

NORTE 2030. (2024a). *Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas*. https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/09/1Q_4017_Norte_ID120_baixa%20densidade.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

NORTE 2030. (2024b). *Sistema de Incentivos de Base Territorial*. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/10/21001/0010800247.pdf Acesso em: 26 de abril de 2026

NORTE 2030. (2024c). *Sistema de Incentivos no âmbito da Economia Circular*. https://www.cm-lamego.pt/cmlamego/uploads/writer_file/document/1122/aviso_norte2030_2024_88_economia_circular.pdf? Aceso em: 26 de abril de 2026

OECD. (2015). *The Innovation Imperative: Contributing to productivity, growth and well-being*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/9789264239814-en

OECD. (2023). *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2023: Enabling Transitions in Times of Disruption*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/0b55736e-en

OECD, & Eurostat. (2018). *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/9789264304604-en

Oliveira, F. P. (2022). O relevo dos municípios no Programa de Recuperação e Resiliência em Portugal. *Revista de Estudios de La Administración Local y Autonómica*, 56–77. https://doi.org/10.24965/reala.i17.11045

Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2021). *Regulamento (UE) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R1056 Acesso em: 6 de novembro de 2025

Plano de Recuperação e Resiliência. (n.d.). *Recuperar Portugal*. Recuperar Portugal. https://recuperarportugal.gov.pt/prr Acesso em: 2 de maio de 2025

Portugal 2030. (n.d.). *O Portugal 2030 em 3 minutos*. O Portugal 2030 Em 3 Minutos. https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/ Acesso em: 2 de maio de 2025

Presidência do Conselho de Ministros. (2023a). *Decreto-Lei nº 5/2023*. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/01/01800/0000200049.pdf Acesso em: 13 de novembro de 2025

Presidência do Conselho de Ministros. (2023b). *Decreto-Lei n.º 20-A/2023*. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/03/05801/0000200031.pdf Acesso em: 6 de novembro de 2025

PRR. (2022a). *Apoio à Descarbonização da Indústria*. https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2022/11/Republicacao_Aviso03.-C11.i01.2022-pc-002.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2022b). *Eficiência Energética em edifícios de serviços*. https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2022/02/Aviso-C13-Edificios-Servicos_1.a-Republicacao.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2024). *Internacionalização Via E-Commerce*. https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Documentos-Incentivos/Aviso19_C16_i022024_Internac_Ecommerce_1a-Republi.aspx Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2025a). *Apoio A Modelos de Negócio Para A Transição Digital ("Coaching 4.0")*. https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2025/04/PRR_Aviso_Coaching_PME_vf_20250409-1.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2025b). *Indústria 4.0*. https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2025/04/PRR_Publicacao_Aviso_02-C16-i04-2025_-Industria-4.0-_24-04-2025.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2025c). *Linha "IA nas PME."* https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2025/11/AAC-SIFIC-3-IA-nas-PME-Suspensao.pdf Acesso em: 20 de março de 2026

PRR. (2025d). *Vouchers para Startups*. https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Documentos-Incentivos/AvisoVouchersparaStartupsNovosProdutosDigitais-(1).aspx Acesso em: 20 de março de 2026

Radas, S., Anić, I. D., Tafro, A., & Wagner, V. (2015). The effects of public support schemes on small and medium enterprises. *Technovation*, *38*, 15–30. https://doi.org/10.1016/j.technovation.2014.08.002

Radicic, D., Pugh, G., Hollanders, H., & Wintjes, R. (2014). *The impact of innovation support programmes on SME innovation in traditional manufacturing industries: an evaluation for seven EU regions UNU-MERIT Working Paper Series*. http://mgsog.merit.unu.edu

Recuperar Portugal. (2025, May 13). *Adendas ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal*. https://recuperarportugal.gov.pt/recuperar-portugal/adendas-ao-prr/ Acesso em: 6 de novembro de 2025

Rita, L. P. S., & Silva, J. R. (2023). Competitiveness and R&D Subsidies: The Case of the Industry 4.0 Program in Portugal. *BAR - Brazilian Administration Review*, *20*(2). https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2023220003

Romero-Martínez, A. M., Ortiz-de-Urbina-Criado, M., & Soriano, D. R. (2010). Evaluating European Union support for innovation in Spanish small and medium enterprises. *Service Industries Journal*, *30*(5), 671–683. https://doi.org/10.1080/02642060802253868

SFC2021. (2021). *Programa apoiado pelo FEDER (objetivo de Investimento no Emprego e no Crescimento), pelo FSE+, pelo Fundo de Coesão, pelo FTJ e pelo FEAMP- Artigo 21, nº3*. Artigo 21, Nº3. https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2022/12/sfc2021-PRG-2021PT16FFPR009-1.2_PITD.pdf Acesso em: 10 de dezembro de 2025

Silva, F., & Carreira, C. (2012). Do financial constraints threat the innovation process? Evidence from Portuguese firms. *Economics of Innovation and New Technology*, *21*(8), 701–736. https://doi.org/10.1080/10438599.2011.639979

Sousa, M. J., Barros, G. O. de, & Almeida, F. (2018). *Inovação, I&D e Empreendedorismo: Desafios de Competitividade na Era Digital - Maria José Sousa, Gabriel Osório de Barros e Florbela Almeida*. https://www.gee.gov.pt/pt/?option=com_fileman&view=file&routed=1&name=Ficha%20de%20Inova%C3%A7%C3%A3o%2C%20I%26D%20e%20Empreendedorismo%202018.pdf&folder=estudos-e-seminarios%2Fcompetitividade&container=fileman-files Acesso em: 20 de março de 2026

Tribunal de Contas Europeu. (2022). *Apoio do FEDER à competitividade das PME : As insuficiências de conceção diminuem a eficácia do financiamento*. https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/competitiveness-08-2022/pt/ Acesso em: 16 de março de 2026